



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ  
CAMPUS DE PARANAVAÍ  
COLEGIADO SERVIÇO SOCIAL

Isabely Americo Costa

**Serviço Social e conservadorismo:** expressão dos desafios e demandas indevidas  
no exercício profissional

Paranavaí  
2024

Isabely Americo Costa

**Serviço Social e conservadorismo:** expressão dos desafios e demandas indevidas no exercício profissional

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social do Campus de Paranavaí da Universidade Estadual do Paraná como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel (a) em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Marília Gonçalves Dal Bello

Paranavaí

2024

Americo Costa, Isabely Serviço Social e Conservadorismo: expressão dos desafios e demandas indevidas no exercício profissional / Isabely Americo Costa. -- ParanaíbaPR, 2024.  
75 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Marília Gonçalves Dal Bello.

Trabalho de Conclusão de Curso, Serviço Social Universidade Estadual do Paraná, 2024.

1. Serviço Social e Conservadorismo: Entre Continuidades e Rupturas. 2. Serviço Social e Conservadorismo: Expressões na Contemporaneidade. 3. Serviço Social na Educação Especial: Requisições Institucionais Conservadoras e Desafios ao Exercício Profissional.

I - Gonçalves Dal Bello, Profa. Dra. Marília (orient). II - Título.

Isabely Americo Costa

**Serviço Social e conservadorismo:** expressão dos desafios e demandas indevidas no exercício profissional

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social

Local Universidade Estadual do Paraná, 06 de dezembro de 2024.

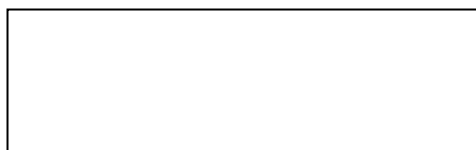


Prof. Dra. Priscila Semzezem Saes

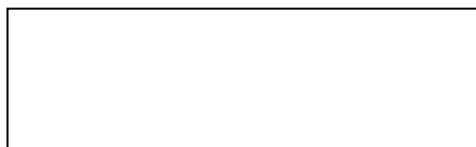
**Banca examinadora**



Prof. Dra. Marília Gonçalves Dal Bello  
Orientadora



Prof. Dra. Teone Maria Rios de Souza Rodrigues Assunção  
Universidade Estadual do Paraná



Prof. Dra. Keila Pinna Valensuela  
Universidade Estadual do Paraná

Paranavaí, 2024.

## **AGRADECIMENTOS**

A realização deste trabalho representa a concretização de um sonho, que só foi possível graças ao apoio e dedicação de pessoas que foram fundamentais ao longo da minha trajetória acadêmica e pessoal

Agradeço, primeiramente, a todos os professores do ensino fundamental e médio que passaram pela minha vida, desde o início da minha formação, e que, com paciência e sabedoria, me ajudaram a não desistir, mesmo diante das adversidades. Nos momentos difíceis, quando a tentação de buscar alívio em caminhos mais fáceis ou em distrações da vida cotidiana poderia me desviar dos meus verdadeiros objetivos, eles estiveram lá para me mostrar que a verdadeira saída, que para uma vida melhor estava na educação. Com firmeza e cuidado, me direcionaram para a vida acadêmica, me fazendo enxergar que era nela que eu encontraria a chance de construir um futuro mais promissor e longe dos atalhos que só me afastariam de minhas metas. Seus conselhos, ensinamentos e, quando necessário, seus "puxões de orelha" foram essenciais para que eu pudesse me guiar na direção da realização de um curso superior. Vocês foram mais do que mestres; foram pilares que me ajudaram a moldar meus objetivos em meio à realidade desafiadora que enfrentei.

Manifesto também minha profunda gratidão ao meu marido, Vagner Vinicius, por estar ao meu lado nos momentos mais difíceis da minha vida. Seu apoio incondicional e seu incentivo constante foram fundamentais para que eu pudesse seguir em frente e concluir o tão sonhado curso de Serviço Social. Sua parceria e compreensão me fortaleceram a cada passo dessa jornada.

Não posso deixar de expressar um agradecimento especial à minha orientadora, professora Marília Gonçalves Dal Bello, por todo o apoio, paciência e ensinamentos ao longo da elaboração deste trabalho. Sua disponibilidade em me atender em horários que respeitassem minha rotina profissional foi indispensável, permitindo que eu me dedicasse aos estudos e à elaboração do TCC nos momentos possíveis, como aos domingos. Sua compreensão e orientação fizeram toda a diferença para a concretização deste projeto.

Por fim, agradeço a todos os professores que contribuíram para minha formação no decorrer do curso de Serviço Social. Cada um deixou uma marca importante, transmitindo conhecimentos e valores que levarei comigo para a vida. A todos vocês, meu reconhecimento e minha gratidão imensurável.

## RESUMO

O trabalho analisa a relação entre o Serviço Social e o conservadorismo, com foco na Escola de Educação Especial "Carmem Lúcia Rauen Lopes", vinculada à APAE de Paranavaí, Paraná. O estudo investiga como valores históricos institucionais são traçados como orientação o exercício profissional do assistente social, enfatizando tensões entre demandas conservadoras e as diretrizes ético-políticas da profissão. Para tanto, o trabalho de pesquisa apresentado, tem como objeto de estudo as expressões do conservadorismo nas requisições postas ao exercício profissional do Assistente Social na Escola "Carmem Lúcia Rauen Lopes". Como objetivo geral definiu-se estudar o conservadorismo no Serviço Social e seus desdobramentos indevidos no exercício profissional do Assistente Social, tendo como recorte a referida instituição de ensino de educação especial em Paranavaí. O desenvolvimento do estudo alinhou-se a metodologia de abordagem qualitativa, com base em estudo documental, baseado no Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o projeto de intervenção da Assistente Social na instituição. Sendo assim, a pesquisa aborda o contexto histórico da fundação das APAEs, associando suas origens à Ditadura Militar brasileira e aos valores elitistas que influenciaram a estruturação e operação do Projeto Político-Pedagógico (PPP), que reforça práticas enraizadas em um conservadorismo que limita o exercício profissional crítico e orientado a transformação social. Por outro lado, o projeto de atuação profissional, ao passo que inscreve um exercício profissional com expressões do alinhamento da profissão a direção social crítica, contrasta com desafios a ser concretizado no âmbito do enfrentamento ao conservadorismo no âmbito do exercício profissional.

**Palavras-chave:** conservadorismo; exercício profissional; direção social crítica.

## ABSTRACT

This paper analyzes the relationship between Social Work and conservatism, focusing on the Special Education School "Carmem Lúcia Rauen Lopes", linked to APAE in Paranavaí, Paraná. The study investigates how historical institutional values are traced as guidance for the professional practice of the social worker, emphasizing tensions between conservative demands and the ethical-political guidelines of the profession. To this end, the research work presented has as its object of study the expressions of conservatism in the demands placed on the professional practice of the Social Worker at the School "Carmem Lucia Rauen Lopes". The general objective was to study conservatism in Social Work and its undue consequences in the professional practice of the Social Worker, having as a focus the aforementioned special education teaching institution in Paranavaí. The development of the study was aligned with the qualitative approach methodology, based on documentary study, based on the Political-Pedagogical Project (PPP) and the intervention project of the Social Worker in the institution. Therefore, the research addresses the historical context of the foundation of APAEs, associating their origins with the Brazilian Military Dictatorship and the elitist values that influenced the structuring and operation of the Political-Pedagogical Project (PPP), which reinforces practices rooted in a conservatism that limits critical professional practice oriented towards social transformation. On the other hand, the professional practice project, while inscribing a professional practice with expressions of the alignment of the profession with critical social direction, contrasts with challenges to be met in the context of confronting conservatism within the scope of professional practice.

**Keywords:** conservatism; professional practice; critical social direction.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>SERVIÇO SOCIAL E CONSERVADORISMO: ENTRE CONTINUIDADES E RUPTURAS.....</b>	<b>14</b>
2.1	O SERVIÇO SOCIAL NOS DE 1990: DESAFIOS AO ENFRENTAMENTO DO CONSERVADORISMO .....	20
<b>3</b>	<b>SERVIÇO SOCIAL E CONSERVADORISMO: EXPRESSÕES NA CONTEMPORANEIDADE .....</b>	<b>28</b>
<b>4</b>	<b>SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: REQUISIÇÕES INSTITUCIONAIS CONSERVADORAS E DESAFIOS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL.....</b>	<b>38</b>
4.1	EIXO 1) ESCOLA “CARMEM LÚCIA RAUEN LOPES: ORIGEM E CONEXÕES COM VALORES CONSERVADORES .....	38
4.2	EIXO 2) SERVIÇO SOCIAL: ENTRE A RENOVAÇÃO DO APARATO LEGAL E A MANUTENÇÃO DAS REQUISIÇÕES CONSERVADORAS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.....	44
4.3	EIXO 3) SERVIÇO SOCIAL E CONSERVADORISMO: EXPRESSÕES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL INSTITUCIONAL.....	53
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>64</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>68</b>
	<b>ANEXO A – CARTA ABERTA AOS RESPONSÁVEIS DOS ALUNOS DA APAE DE PARANAVAÍ .....</b>	<b>74</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema Serviço Social e Conservadorismo e foi pensado a partir da inserção como estagiária na instituição Escola de Educação Especial “Carmem Lucia Rauen Lopes”, localizada na cidade de Paranavaí-PR, no período de 01/05/2024 a 25/09/2024.

Segundo o Dicionário Oxford, por instituição entende-se organismo público ou privado, estabelecido por meio de leis ou estatutos, que visa atender a uma necessidade de dada sociedade ou da comunidade

A instituição encontra-se localizada na Rua Guanabara, 371, Jardim Morumbi. Trata-se de uma entidade dedicada a oferta de serviços no campo da educação especial. Sua origem está vinculada a sua constituição como associação civil e instituição educacional. A escola mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, sua finalidade social é filantrópica sem fins lucrativos mediante manutenção de parceria com o Governo Federal, Estadual e Municipal. A instituição escolar, esta devidamente regulamentada de acordo com a legislação educacional brasileira, destacando-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96. Como resultado da ação de reconhecimento das escolas especiais, o Parecer 108/2010 do Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE/PR) legalizou as escolas especiais como "Escolas de Educação Básica, Modalidade de Educação Especial", permitindo-lhes ofertar os anos iniciais do Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), fase I. A autorização de funcionamento da instituição ocorre por meio de atos legais, como a Resolução 4831/1976 e a Resolução 2634/2017, válida de 20/06/2017 a 31/12/2026, que garantem a conformidade da escola com as exigências legais e educacionais

A instituição atua nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, sendo sua missão a de promoção e articulação de ações de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestação de serviços e apoio à família, direcionados à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária (Paranavaí, 2021).

O financiamento da escola ocorre por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e secretaria de estado da educação (SEED). Além disso, a escola,

busca recursos próprios por meio de atividades como a venda de objetos como tapetes, guardanapos, quadros entre outros produzidos pelos alunos, e através da promoção de festas de datas festiva do ano, como a festa junina e ainda venda de alimentos com fins de arrecadação de dinheiro para intuição com parcerias com empresas do município e carnês distribuídos na comunidade através dos quais as pessoas podem doar para a escola, entre outros. Essa estratégia de diversificação de fontes de financiamento é fundamental para a sustentabilidade e o pleno funcionamento da instituição (Paranavaí, 2021).

A instituição presta serviços de educação à pessoa com deficiência intelectual e múltipla, e também transtorno global do desenvolvimento, obrigatório na faixa etária de 4 a 18 anos. Contempla também a oferta de serviços, de Educação para Jovens e Adultos- EJA com idade acima de 18 anos. A proposta da Escola de educação especial, contempla assim, de acordo com a legislação, o caráter obrigatório da educação escolar, na faixa etária dos 4 os 18 anos de idade, e de 6 a 7 anos de idade. Para inserção na educação especial os alunos realizam o teste WISC, um teste psicológico usado como uma ferramenta de avaliação que mede diferentes aspectos do funcionamento cognitivo, como raciocínio verbal, raciocínio perceptivo, memória de trabalho e velocidade de processamento. É amplamente utilizado por psicólogos devido à sua precisão, confiabilidade e à capacidade de fornecer um perfil detalhado das habilidades cognitivas da criança e adolescentes ajudando no diagnóstico de dificuldades de aprendizagem (Paranavaí, 2021).

É possível verificar se uma criança de 6 para 7 anos apresenta deficiência intelectual utilizando o método WISC, aplicado por um psicólogo habilitado. Essa faixa etária é recomendada devido à maturidade cerebral da criança, que permite uma avaliação mais precisa. Antes dessa idade, a avaliação deve ser realizada por uma equipe multiprofissional, incluindo, no mínimo, profissionais das áreas de Serviço Social, Psicologia e Psicopedagoga. Esses profissionais fornecerão uma avaliação preliminar até que a criança atinja a idade adequada para o uso do método WISC. Contudo, mesmo com informações detalhadas sobre as dificuldades cognitivas da criança, a decisão final sobre a escolarização — seja em uma escola especializada ou no ensino regular — cabe à família (Paranavaí, 2021).

No atendimento especializado mantido pela APAE de Paranavaí é ofertado serviços de maneira articulada com os serviços das áreas de saúde, educação e assistência social. Destaca-se que a instituição conta com uma ampla equipe

especializada multiprofissionais sendo eles, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta Psicóloga, Assistente Social, Psicopedagoga, Fonoaudiólogo, Neurologista, os quais atuam e trabalham para atender cada usuário de forma individualizada e coletiva. A equipe multidisciplinar se organiza para integrar conhecimentos e atender de forma qualificada às necessidades de cada usuário (Paranavaí, 2021).

Na Escola Carmem Lúcia Rauen Lopes as requisições institucionais ao Assistente Social, muitas vezes expressam demandas indevidas e conservadoras ao profissional. Essas requisições podem se manifestar de várias formas, como a expectativa dos dirigentes da instituição de que o Assistente Social exerça atividades de controle de cunho psicologizante, em vez de atividades que o vincule a identidade de um agente de transformação social. Durante o período de vivência no campo de estágio em 2024, observou-se muitas vezes, tensionamentos entre as requisições institucionais, os posicionamentos da Assistente Social. Ou seja, ao passo que se identificava um discurso por vezes qualificado da atuação do Serviço Social, expresso pelo conhecimento e apropriação de legislações e normativas divulgadas pelo conjunto CFERSS/CRESS, isso parecia deslocado do exercício profissional, que muitas vezes expressava-se por relações de subalternidade as requisições institucionais conservadoras. Durante a experiência como estagiária observou-se, por exemplo, requisições postas e acatadas pelo Assistente Social de organização de controle de frequência de estudantes e de medicação, bem como a identificação da instituição do exercício profissional do Assistente Social com práticas de oficinas terapêuticas.

A partir das experiências vividas no campo de estágio, as inquietações foram sendo melhor problematizadas, mediante o contato com o documento intitulado Projeto Político Pedagógico (PPP), da instituição. O primeiro contato com o documento foi no contexto de elaboração da pasta de estágio, pertinente a disciplina de Estágio Supervisionado em Serviço Social. Trata-se de um documento que retoma as origens institucionais da época da Ditadura Militar no Brasil. O documento embora datado no ano de 2021 ainda é amplamente utilizado em 2024, e preserva fortemente os valores e perspectivas do período ditatorial, reiterados e conservados como uma diretriz fundamental para a organização das ações institucionais e profissionais, entre os quais estão as do Assistente Social.

Sobre o conservadorismo destaca-se que trata-se de uma expressão ideológica e manifesta-se no Serviço Social como uma postura que visa à manutenção

da ordem social estabelecida, muitas vezes reforçando valores tradicionais e resistindo a mudanças estruturais que promovam maior equidade. Na perspectiva de Faleiros (2001), as instituições são espaços privilegiados de reprodução das relações de poder e de controle social, em que o conservadorismo pode se expressar tanto nas práticas quanto nos discursos institucionais. Essa relação impacta o Serviço Social, ao exigir do profissional um posicionamento crítico frente às demandas que podem reforçar a subordinação e o assistencialismo, exigindo a construção de estratégias que articulem direitos e emancipação social no cotidiano das ações institucionais.

Desde o início do estágio, foi possibilitado o acesso ao PPP, que apresenta não apenas o histórico da escola, mas também define as atividades do serviço social e as requisições a serem atendidas por essa área.

Importante destacar que o Serviço Social no Brasil, especialmente durante a ditadura militar, que perdurou de 1964 a 1985, foi um período de severa repressão política e social, em que as liberdades civis foram restritas por meio de censura, perseguições e tortura. Nesse cenário moldada por práticas que priorizavam o controle social e a manutenção de estruturas de poder, limitando a atuação crítica dos profissionais (Netto, 1996). Embora tenha havido avanços após a redemocratização, muitos profissionais ainda enfrentam pressões para se conformar a um modelo conservador que reduz a sua prática a um atendimento superficial (Netto, 2008).

Sendo assim, a partir das experiências vivenciadas no campo de estágio, e em busca de problematizar e elucidar os tensionamentos observados entre as requisições institucionais e o exercício profissional definiu-se como objeto de estudo as expressões do conservadorismo nas requisições postas ao exercício profissional do Assistente Social na Escola “Carmem Lucia Rauen Lopes”.

Como objetivo geral definiu-se estudar o conservadorismo no Serviço Social e seus desdobramentos no exercício profissional do Assistente Social, tendo como recorte a referida instituição de ensino de educação especial em Paranavaí. Para responder a esse objetivo, traçaram-se capítulos articulados a objetivos específicos: 1. Analisar Serviço Social e conservadorismo: entre continuidades e rupturas; 2. Identificar o Serviço Social e conservadorismo: expressões na contemporaneidade; 3. Estudar o Serviço Social na educação especial: requisições institucionais e desafios ao exercício profissional.

A metodologia da pesquisa desenvolvida é de cunho qualitativo, com base em estudo documental, tendo como referência o Projeto Político Pedagógico (PPP) de

2021, e o projeto de intervenção, intitulado “Diálogos sobre a importância do Serviço Social na educação especial na escola Carmen Lúcia Rauen Lopes de Paranavaí-PR”, tem como objetivo destacar o Serviço Social como um profissional com atribuições e competências no contexto da educação especial.

A leitura e análise do documento foram realizadas articulada a revisão bibliográfica, alinhada a teoria social crítica, que permitiu ultrapassar uma visão linear e descritiva da instituição ao exercício profissional do Assistente Social na instituição de educação especial, recortada para o estudo.

O primeiro capítulo dedica-se a estudar a relação entre o Serviço Social e o conservadorismo, destacando as continuidades e rupturas ao longo da trajetória histórica da profissão. O primeiro ponto discute a construção da direção social da profissão e seus desafios no rompimento com o conservadorismo, especialmente dentro das instituições, que representam o espaço de atuação do assistente social. Em seguida, é abordado o contexto dos anos 1990, quando o Serviço Social passa a enfrentar desafios para consolidar sua direção ídeo-político, em decorrência do avanço do neoliberalismo no Brasil. No segundo capítulo o estudo analisa as expressões contemporâneas do conservadorismo no Serviço Social, ressaltando como ele ainda se manifesta nas práticas e exigências institucionais, permeadas pelo gerencialismo e cumprimento de metas e pela precarização e intensificação da exploração do trabalho. No terceiro capítulo, será realizada uma reflexão a partir do estudo do documento institucional da escola Projeto Político Pedagógico e Projeto de Intervenção do profissional Assistente Social na Escola “Carmem Lucia Rauen Lopes”, com foco nas requisições direcionadas ao Assistente Social. Através dessa análise, será apresentado como essas demandas, reiteram o conservadorismo requisitado ao profissional em Serviço Social. Comprometendo a identificação do exercício profissional com as diretrizes éticas e legais da profissão.

## **2 SERVIÇO SOCIAL E CONSERVADORISMO: ENTRE CONTINUIDADES E RUPTURAS**

O objetivo deste capítulo é o de regatar a trajetória histórica do Serviço Social, destacando a construção da direção social da profissão, suas especificidades e limites no rompimento com o conservadorismo, em especial aquele presente nas instituições, enquanto espaço de trabalho do Assistente Social.

Inicialmente será apresentado um estudo sobre o surgimento da profissão e, em seguida, será apresentado sobre o período de 1980 a 1990, que marcou a luta da categoria de Assistentes Sociais, por uma identidade profissional consolidada, que demarcada pela direção hegemônica da profissão direciona-se ao rompimento com o conservadorismo, considerado os tensionamentos e limites desse processo.

Importante destacar, conforme Iamamoto (2004), que o conservadorismo é uma força ideológica que resiste a mudanças estruturais nas relações de poder, manifestando-se em práticas que legitimam ou naturalizam as condições sociais desiguais. Essa postura rebate tanto no discurso quanto no cotidiano do poder institucional, quanto no exercício profissional institucional, expresso entre outros, pela reiteração de uma visão assistencialista ou de controle social. O conservadorismo enfatiza a conciliação entre opostos, permitindo mudanças superficiais sem romper com as estruturas tradicionais. Barroco (2009) vê o conservadorismo como uma estratégia para evitar rupturas profundas, preservando o equilíbrio social mesmo diante de pressões por transformação.

Importante ressaltar como ponto de partida, que o conservadorismo no Serviço Social é compreendido como uma abordagem que busca preservar as estruturas sociais existentes e seus valores impregnados nas instituições e políticas sociais. Ao implementar políticas sociais de viés conservadores, especialmente no âmbito das relações institucionais, impõe aos Assistentes Sociais frequentemente a dualidade entre atender às necessidades imediatas da população vulnerabilizada e reproduzir a lógica conservadora que mantém as relações sociais atuais.

Considerado isso, importante pontuar a relação do Serviço Social com as estruturas conservadoras, expressas no Estado, sob condução da classe dominante, nas políticas sociais e nas instituições públicas, sejam elas pública, filantrópicas ou privadas.

O Serviço Social surgiu no contexto do capitalismo monopolista, na transição do século XIX para o XX, quando o Estado passa a assumir como função de primeira ordem a manutenção e a produção da força de trabalho. Isso ocorre devido ao agravamento das expressões da questão social, decorrente de características que assumem o capitalismo monopolista, sendo elas:

a) os preços das mercadorias (e serviços) produzidas pelos monopólios tendem a crescer progressivamente"; b) as taxas de lucro tendem a ser mais altas nos setores monopolizados; c) a taxa de acumulação se eleva, acentuando a tendência descendente da taxa média lucro e a tendência ao subconsumo; d) o investimento se concentra nos setores de maior concorrência, uma vez que a inversão nos monopolizados torna-se progressivamente mais difícil (logo, a taxa de lucro que determina a opção do investimento se reduz); e) cresce a tendência a economizar trabalho "vivo", com a introdução de novas tecnologias; f) os custos de venda sobem, e por outra parte, diminui os lucros adicionais dos monopólios e aumenta o contingente consumidores improdutivos, levando a uma tendência ao subconsumo ( Netto,2009, p. 20-21).

Assim, o Serviço Social emerge como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, com o objetivo de responder às demandas do capital e do Estado em lidar com as expressões da questão social (Netto, 2005).

Nesse contexto que se insere o Serviço Social como profissão, ou seja, "é somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gesta as condições histórico sociais para que na divisão social e técnica do trabalho constitui-se um espaço em que se possa mover práticas profissionais como as do Assistente Social" (Netto, 2005, p. 69).

Ainda segundo o autor, a profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente a evolução da caridade, a racionalização da filantropia, mas sim, a dinâmica em que diversos vulnerabilizados pelo agravamento das expressões da questão social, exigem respostas no Estado no campo das políticas sociais. Nesse âmbito está posto o mercado de trabalho para os Assistentes Sociais, requisitado como agente gestor e executor das políticas sociais, tendo assim o Serviço Social um caráter interventivo no campo das políticas sociais, executadas por instituições.

Essa mudança significa uma transformação na relação dos Assistentes Sociais com o mercado de trabalho, em que deixam de serem meros agentes voluntários para se tornarem trabalhadores assalariados, vendendo sua força de trabalho dentro da lógica capitalista. O mercado de trabalho do Assistente Social é, portanto, estruturado não pelas transformações internas da prática assistencial, mas

pela necessidade do Estado burguês de gerenciar as expressões da questão social, decorrentes das contradições do capitalismo monopolista (Netto, 2005).

Ainda segundo o autor, a constituição do mercado de trabalho para o Assistente Social pela via das políticas sociais, abre caminhos para compreender o movimento de continuidade e ruptura, que assinalam a profissão do Serviço Social. De um lado o exercício profissional objetiva-se nas políticas sociais, por sua vez subordinadas à lógica do capitalismo monopolista, recuperando formas de manipulação dos vulnerabilizados pelas sequelas da “questão social”. De outro, o profissional é requisitado, pela ordem monopolística a intervir de modo especializado e específico na manutenção e reprodução da força de trabalho.

Ou seja, o Serviço Social, embora reconhecido por suas potencialidades legitimadoras, está profundamente enraizado em uma lógica conservadora que o torna funcional para a manutenção das estruturas sociais existentes e seus valores enraizados nas diversas instituições sejam públicas, privadas ou filantrópicas.

Nessa direção, afirma Netto (2005), “a profissão emerge como privilégio das suas potencialidades legitimadoras em face da sociedade burguesa”, evidenciada pelas requisições postas pelas políticas sociais gestadas pelas instituições.

Nessa perspectiva, a profissão ao propor-se a intervir nas manifestações da “questão social”, corre o risco de tratá-las como problemas isolados, promovendo a psicologização da socialidade e a reintegração de indivíduos marginalizados. Essa dinâmica reflete um investimento estratégico do projeto de classe dominante, que busca reforçar os mecanismos de controle sobre a população trabalhadora, subordinando-a às diretrizes das classes dominantes.

Nessa perspectiva, o Assistente Social, ao atuar na implementação dos valores institucionais, depara-se com a tensão entre atender às necessidades imediatas dos sujeitos e reproduzir a lógica de dominação vigente. Essa dualidade, conforme afirma Netto (2005), é intrínseca à profissão, pois, ao mesmo tempo em que busca alterar as condições concretas de vida, também pode servir aos interesses conservadores posto pela intencionalidade em naturalizar e individualizar as expressões da questão social.

Considera-se assim que, a ação profissional se desdobra nestes dois níveis, imbricados, mas não necessariamente sincronizados. De uma parte, a natureza interventiva que é própria do Serviço Social se revela na escala em que a implementação de políticas sociais implica alteração prático-imediata de situações



determinadas; de outra, é componente desta intervenção uma representação ideal que tanto orienta a ação alteradora quanto a situação em causa.

Valer dizer: a intervenção profissional pode reproduzir, na sua consecução, as dimensões da resposta integradora pertinentes à essência das políticas sociais e interesses institucionais [...] dinamizados pelo projeto conservador que contempla as reformas dentro da ordem monopólica do capital (Netto, 2005, p. 77).

Nesse sentido, o exercício profissional não configura-se apenas como uma aplicação técnica, mas também um espaço de disputa simbólica, em que se constroem e se contestam as narrativas sobre a "questão social". Como aponta Netto (2005), o Serviço Social tem potencial para ir além de sua função integradora, uma vez que é dado ao profissional a possibilidade de desafiar as estruturas que perpetuam a desigualdade e a exclusão. Isso implica em um exercício profissional que, além de técnico, seja crítico e comprometido com a transformação social, enfrentando os desafios impostos pela lógica neoliberal que busca despolitizar e fragmentar as demandas sociais.

Originalmente articulado para servir a um desses projetos, o arcabouço ideológico do Serviço Social não escapa ao jogo de forças ideológicas que percorre a ordem burguesa: quanto mais se profissionaliza, menos se mostra refratário a pressões de outros projetos - à medida em que avança como atividade vocacionada para manipular as respostas que o Estado burguês no capitalismo monopolista oferece institucionalmente às manifestações da "questão social", também se vulnerabiliza como projeto de intervenção umbilicalmente vinculado a um só protagonista sócio-histórico (Netto, 2005, p. 75).

Sendo o Serviço Social uma profissão inscrita na ordem do capital, é importante situar os rebatimentos que recaem sobre a profissão, a luz das crises capitalistas e seus desdobramentos para o mercado de trabalho profissional e o exercício profissional frente às requisições institucionais.

Considerada essa perspectiva posta à profissão de Serviço Social, situa-se a década de 1970 como um período de profundas transformações sociais e econômicas, marcadas pela crise do capitalismo monopolista e pelo esgotamento do modelo fordista de produção. Os rebatimentos desse contexto se impuseram como um conjunto de transformações societárias de ordem social, cultural e política, com rebatimentos para o Serviço Social e o exercício profissional nos anos de 1990 (Netto, 1996) com desdobramentos no contexto atual.

As alterações no modo de produção fordista, que priorizava a fabricação de produtos duráveis, começou a enfrentar dificuldades, resultando em taxas de lucro cada vez mais baixas (Netto, 2014). A crise econômica exigiu uma reestruturação das práticas produtivas, levando à emergência do modelo toyotista, que introduziu uma produção mais flexível e adaptável às demandas do mercado (Filgueiras, 2006).

O fordismo, caracterizado pela produção em massa e pela padronização, não conseguia mais atender às necessidades de um mercado em rápida mudança. A transição para o toyotismo trouxe inovações significativas, como a produção just-in-time e a ênfase na qualidade, permitindo que as empresas respondessem com mais eficácia às flutuações da demanda (Andrade; Silva, 2020). Essa mudança não apenas alterou a dinâmica do trabalho e das políticas sociais, mas também impactou as relações sociais, exigindo uma nova abordagem no campo do Serviço Social, que passou a lidar com as complexidades da nova realidade laboral.

Essas transformações no cenário cultural, econômico e político impactaram diretamente a atuação profissional, que agora se vê desafiado a enfrentar o agravamento das expressões da questão social em um contexto de crescente precarização das condições de trabalho e dos retrocessos no campo da gestão institucional.

No campo cultural, o avanço da cultura de massa e a intensificação dos apelos ao consumo criam novos desafios. A cultura de massa promove valores que priorizam o consumo como medida de sucesso e realização pessoal, contribuindo para a fragmentação social e para a exclusão daqueles que não têm acesso a esses bens.

No campo social, a flexibilização dos contratos de trabalho e a intensificação da exploração do trabalho precarizaramas condições de vida de grande parte da população, resultando em uma crescente demanda por políticas sociais.

No campo das alterações no mercado de trabalho, Netto (1996) ressalta a flexibilização das relações de trabalho, expressas pela desterritorialização dos polos produtivos, encadeados por redes que ultrapassam as barreiras nacionais, o acelerado processo de globalização econômica, vinculada a financeirização do capital, sob o comando de blocos econômicos internacional como a União Europeia. O autor destaca ainda as alterações no processo produtivo, vinculado a crescente informatização do processo de automação, com alterações nos mecanismos de organização e controle do processo de trabalho. Altera-se ainda as formas de contratação, que mais flexíveis, remetem a contratos mais precários, com menos

garantia de direitos e vinculados a jornadas mais intensas de trabalho, expresso pela figura do trabalhador polivalente.

Entretanto, a mesma lógica que impulsionou essas transformações — a lógica do mercado e do lucro — também impôs limites severos à capacidade do Estado de responder adequadamente a essas demandas. As políticas sociais, que já enfrentavam desafios históricos, passaram a ser ainda mais fragilizadas sob o avanço do neoliberalismo. O neoliberalismo, ao propor a redução do papel do Estado na provisão de serviços sociais e o aumento da privatização, exacerbou a exclusão social e ampliou as desigualdades. As políticas sociais, que deveriam servir como mecanismos de proteção e inclusão, tornaram-se cada vez mais insuficientes e focalizadas, atendendo a um número reduzido de beneficiários e, muitas vezes, sob condições que reforçam a vulnerabilidade ao invés de superá-la. Essa precarização das políticas sociais reflete-se diretamente na atuação dos assistentes sociais, que se deparam com recursos escassos e com uma estrutura de apoio no campo das políticas sociais, cada vez mais restrita para enfrentar as expressões da questão social.

Segundo Netto (1996), as mudanças trazidas pela crise capitalista nos anos de 1970, tiveram desdobramentos no Brasil nos anos de 1990, que estiveram atreladas ao avanço da revolução tecnológica e à nova configuração do mercado de trabalho, que fragmentou a classe trabalhadora e introduziu novas formas de exploração. Nesse contexto, o profissional de Serviço Social precisou se reinventar, incorporando novos referenciais teóricos e metodológicos para lidar com a complexidade dessas transformações, tornando-se uma ciência social comprometida com a crítica e a transformação da realidade social.

Ainda de acordo com Netto (1996), o Serviço Social foi compelido a refinar suas ferramentas analíticas e ampliar sua capacidade de intervenção, movendo-se em um campo de disputas científicas e políticas. Esse amadurecimento reforçou a identidade crítica da profissão, consolidando-a como uma prática voltada para a transformação social e a emancipação política das classes subalternas.

Sendo assim o Serviço Social no Brasil nos anos de 1990, se por um lado depara-se com desafios postos pelos desdobramentos da crise capitalista com raízes nos anos de 1970, por outro enfrenta tensionamentos postos ao processo de legitimação do Serviço Social no campo da especificidade do exercício profissional.

## 2.1 O SERVIÇO SOCIAL NOS DE 1990: DESAFIOS AO ENFRENTAMENTO DO CONSERVADORISMO

Segundo Netto (1996), o Serviço Social, desde suas origens, esteve profundamente imbricado nas relações de poder e na divisão social do trabalho, sendo requisitado a atuar como um instrumento do Estado para gerenciar as tensões sociais provocadas pelo desenvolvimento capitalista.

No Brasil, isso se manifestou na estreita ligação da profissão com as políticas assistenciais e de caridade promovidas por instituições religiosas, especialmente a Igreja Católica, que teve um papel crucial na formação dos primeiros assistentes sociais. Entre as décadas de 1930 e 1970, o conservadorismo influenciou a prática do Serviço Social no Brasil, marcada por uma atuação tecnicista e funcionalista, inicialmente sob a égide da Igreja Católica.

A profissão foi moldada com uma visão assistencialista e moralista. Com o Estado Novo (1940-1950), o Serviço Social passou a ser institucionalmente reconhecido e regulamentado pela Lei nº 3.252, de 1957, mas a atuação profissional continuou conservadora, focada no ajustamento dos indivíduos às normas e valores sociais vigentes (Netto, 2005).

O movimento de Reconceituação, que surgiu na década de 1960, buscou romper com essa perspectiva conservadora, promovendo uma nova abordagem crítica e socialmente engajada. Esse movimento procurou estabelecer uma nova identidade profissional, baseada na reflexão sobre a questão social e na luta por justiça social (Iamamoto, 2012; Netto, 2005). A partir das décadas de 1960 e 1970, o Serviço Social começou a ser influenciado por movimentos sociais e intelectuais críticos ao sistema capitalista, reorientando-se em direção a uma prática mais comprometida com a transformação social.

Iamamoto (2012) destaca que as décadas de 1980 e 1990 marcaram uma reorientação teórica e metodológica significativa no Serviço Social, com o fortalecimento da abordagem crítica e da consciência política dos profissionais, alinhando-se às novas exigências sociais e políticas. Durante esse período, a profissão consolidou suas bases teóricas e políticas, evidenciadas pela organização sindical da categoria, pela produção teórica e pela capacidade crítica de diálogo com outras áreas do conhecimento.

A aprovação do currículo mínimo em 1982 representou um marco crucial na transformação do Serviço Social no Brasil. Esse currículo estabeleceu novas diretrizes para a formação dos Assistentes Sociais, promovendo uma abordagem mais crítica e teórica que refletia as mudanças emergentes na prática profissional. A implementação desse currículo foi fundamental para a reorientação da profissão (Netto, 1996).

Segundo Iamamoto, Carvalho e Lima (1979), no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, também conhecido como “Congresso da Virada”, realizado em 1986, demarcou uma posição de luta e resistência contra a Ditadura Militar e o alinhamento do Serviço Social à luta dos trabalhadores. Foi também nesse contexto em que foi aprovado uma reformulação do Código de Ética, rompendo com a tradição conservadora dos códigos anteriores. No entanto, a versão de 1986 foi considerada limitada em termos operacionais e teóricos. Em 1993, um novo código de ética foi reformulado, ampliando seus pressupostos teóricos e reafirmando a profissão como comprometida com os direitos humanos, a justiça social e a defesa das classes trabalhadoras.

A Constituição Federal de 1988 também foi um marco importante para o Serviço Social, ao priorizar a cidadania e o direito social. Essa nova legislação criou um ambiente propício para que a profissão se afirmasse em uma perspectiva crítica e transformadora (CRESS-SE, 2024; Iamamoto, 2001).

O Serviço Social conseguiu conquistar uma nova legitimidade em termos de valores e construções teórico, metodológica e ético político, mas continuava enfrentando dificuldades no que se refere à validação desses valores em seu exercício profissional.

Apesar dos avanços significativos que o Serviço Social alcançou nas últimas décadas 1980 e 1990, a luta contra o conservadorismo persiste. As limitações percebidas no exercício profissional, a resistência institucional e as pressões mercadológicas ainda são desafios a serem superados. A superação dessas barreiras é essencial para que a profissão se consolide verdadeiramente como uma ferramenta de transformação social, comprometida com os direitos humanos e a justiça social (Iamamoto, 2007; Netto, 1996).

Esse quadro marcou um período de importantes avanços, mas também de crises e disputas por espaço dentro das políticas públicas e do mercado de trabalho nas instituições sociais, espaço de trabalho do Assistente Social (Netto, 1996).

Segundo Netto (1996), na entrada da década de 1990, o Serviço Social no Brasil já estava relativamente consolidado como uma profissão com uma estrutura bem estabelecida no campo teórico, alavancado pela produção acadêmica, principalmente no campo da pós-graduação. Netto (1996) destaca ao longo dos anos de 1980, o importante alinhamento da produção teórica do Serviço Social aos preceitos da teoria marxista.

O campo da formação acadêmica apresentava um currículo nacional regulamentado e de reconhecimento internacional significativo. Profissionais brasileiros participavam de eventos no exterior, publicando textos em outros países, enquanto a presença de estrangeiros nos cursos de pós-graduação no Brasil indicava o crescente reconhecimento da formação oferecida. Netto (1996) observa que:

Profissionais estrangeiros (notadamente da América Latina) aumentaram a sua frequência nos nossos cursos de pós-graduação, e agências nacionais de formação estenderam, institucionalmente, a sua influência a outros países." Por outro lado, a área de Serviço Social abriu-se a amplo diálogo interdisciplinar, promovendo a interlocução com importantes teóricos e intelectuais do país e do exterior (Netto, 1996, p. 107).

Esse contexto reflete o fortalecimento da visibilidade do Serviço Social brasileiro no panorama internacional, ampliando o diálogo interdisciplinar e promovendo uma interlocução mais rica com teóricos e intelectuais de diversas áreas.

O aprimoramento teórico e metodológico foi consolidado com a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social, que orienta o exercício profissional com base em princípios de justiça social, direitos humanos e democracia. Esse projeto representou um marco na história da profissão, reafirmando uma identidade profissional comprometida com a luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Nesses termos, afirma-se que o trabalho do Assistente Social é especificado pelos valores e princípios orientados pelo Projeto Ético-Político-Profissional do Serviço Social e consolidados no Código de Ética de 1993, que inscreve a defesa da liberdade, da justiça social e dos direitos humanos (CRESS-SE, 2024).

Outro documento importante para a consolidação da profissão foi a Lei Federal nº 8.662/1993, conhecida como Lei de Regulamentação da Profissão. Esta lei reformulou a regulamentação do Serviço Social, estabelecendo diretrizes claras para a formação e atuação dos Assistentes Sociais. No entanto, vale ressaltar que a Lei de Regulamentação define as atribuições e competências do profissional, ou seja, as

atividades que o assistente social deve desempenhar em seu campo de atuação e nas habilidades exigidas para exercer a profissão. Reitera-se assim que as especificidades da profissão se objetiva pelo exercício das atribuições profissionais, entendida como aqueles que refere-se às tarefas exclusivas que o Assistente Social deve realizar. Já a competência, define especificidades do Serviço Social, compreendidas pelo conjunto de habilidades e conhecimentos necessários para realizar essas tarefas de forma eficiente. Sendo assim, as competências abrangem um conjunto mais amplo de habilidades e atividades que podem ser realizadas por outros profissionais, como o planejamento e a avaliação de políticas sociais. Assim, enquanto as atribuições são privativas, as competências podem ser compartilhadas entre diferentes categorias profissionais.

Destacam-se ainda, no contexto dos anos de 1990, as orientações do processo formativo em Serviço Social, a partir das Diretrizes Curriculares de 1996. Nela inscreve-se a formação de um perfil profissional crítico, comprometido com a investigação e intervenção das expressões da questão social na realidade e orientada pelas dimensões teóricas, mercadológica, ética-política e técnico-operativa. Essas diretrizes reforçam o caráter analítico e interventivo do Serviço Social, fundamentado na realidade social e comprometido com a transformação das desigualdades sociais (CRESS-SE, 2024).

Conforme reconhece Netto (1996), embora o Serviço Social tenha passado por significativas transformações teóricas e metodológicas e tenha consolidado o Projeto Ético-Político e seu aparato regulatório, a profissão ainda enfrenta desafios relacionados à sua legitimidade quanto a incorporação dos valores que especificam a profissão no campo do exercício profissional. “Se amadureceu no campo profissional, um vetor de ruptura com o conservadorismo, ele ainda não consolidou uma ‘nova legitimidade’ para o Serviço Social junto a classe trabalhadora” (Netto, 1996, p. 108). Segundo o autor, essa perspectiva posta à profissão, alinha-se aos limites postos pelo que o autor intitula “intenção de ruptura”.

Ou seja, se por um lado a década de 1980 consolidou no plano ídeo-político, a ruptura com o conservadorismo, demarcado por posicionamentos ideológicos e político críticos a ordem do capital, demarcada pelas críticas e oposição ao regime ditatorial no Brasil e em defesa da democracia, por outro ressalta o autor, o conservadorismo nos meios profissionais tem raízes profundas, dificultando o reconhecimento e a validação da profissão, em suas especificidades, objetivadas

pelas atribuições e competências pelas instituições empregadoras e usuários dos serviços.

A legitimidade alcançada para a diversidade de posições está longe de equivaler-se à emergência de uma maioria político-profissional radicalmente democrática que, para ser construída, demanda trabalho de longo prazo e conjuntura sócio-histórica favorável (Netto, 1996, p. 112)

Embora a intenção de romper com o conservadorismo e buscar uma nova identidade crítica seja evidente, a construção de uma legitimidade sólida junto às classes subalternas permanece um desafio contínuo.

A profissão, historicamente ligada ao Estado e aos valores das classes dominantes, ao se deparar com limites no rompimento com o conservadorismo, enfrenta a dificuldade em ser identificada a transformação social. O exercício profissional perpassado por valores conservadores faz com que muitos usuários ainda veem os assistentes sociais como "ajudantes" ou "bonzinhos", oferecendo soluções superficiais em vez de abordar as causas profundas das desigualdades.

A persistência do conservadorismo na profissão remete ainda a considerar a confusão entre trabalho profissional e políticas sociais, levando a uma diluição da identidade profissional, dificultando o reconhecimento das especificidades da atuação do Serviço Social (Iamamoto, 2007). Ou seja, o Assistente Social em seu exercício profissional, quando não valida e incorpora os valores da profissão, acaba acatando e reproduzindo requisições da política social ou da instituição espaço de trabalho, como se fossem demandas da profissão.

Sob essa perspectiva, a percepção negativa das classes subalternas, que constituem a maioria dos usuários, muitas vezes vê a profissão como uma extensão das classes dominantes, comprometendo sua aceitação e confiança na atuação dos assistentes sociais (Iamamoto, 1992).

Netto (1996), no que se refere ao exercício profissional dos Assistentes Sociais na política social, destaca as disputas entre profissões como Psicologia e Sociologia pelo desempenho de competências profissionais. O que segundo o autor deve ser enfrentada no campo do desenvolvimento de novas competências sócio-políticas e teórico instrumentais. E conclui o autor, "[...] é nessa dupla dimensão que se podem promover (re) legitimações profissionais com o alargamento do campo de intervenção das profissões [...]" (Netto, 1996, p. 109).



Como desafios postos ao Serviço Social no final dos anos de 1990, Netto (1996) destaca ainda o avanço das teóricas pós-modernas, como perspectiva de leituras da realidade, que atua como limites no enfrentamento ao conservadorismo.

Sobre a influência da teoria marxista no Serviço Social é importante ressaltar que essa abordagem permitiu à profissão desenvolver um olhar crítico sobre as desigualdades sociais e as relações de poder institucional que moldam as políticas públicas e as condições de vida da população. Conforme Iamamoto (2007), o Serviço Social, ao adotar uma perspectiva marxista, reforça o compromisso com a transformação social, atuando de maneira articulada com as lutas populares e sociais. Entretanto, essa perspectiva teórica, foi se fragilizando no final dos anos de 1980, a medida em que foi sendo considerada limitada, por muitos intelectuais para processar leituras e demandas contemporâneas postas à profissão. Essa perspectiva abriu caminhos para o avanço da teórica pós-modernas como orientação ao exercício profissional, dificultando o enfrentamento ao conservadorismo.

Nas palavras de Netto (1996, p. 118), “a recusa pós-moderna da metanarrativa, da macroteoria, da categoria da totalidade, vem ao encontro do conservadorismo profissional, que privilegia o microsocial, no máximo as teorias de médio alcance”.

Considera-se assim, que romper com o conservadorismo implica não apenas na afirmação de um compromisso ético-político com a justiça social, mas a incorporação de valores e especificidades postos pela direção social do Serviço Social (Netto, 2005).

Para o autor, o avanço das demandas postas aos Assistentes Sociais e as requisições das políticas sociais e/ou institucionais, por repostas imediatas e emergenciais as expressões da questão social, impulsionou a busca por teorias, que ao refutar leituras da totalidade em sua historicidade, reforçam as perspectivas conservadoras.

Sobre isso, Netto (2011) e Iamamoto (2010) alertam ainda que essa abordagem aparente da realidade, se por um lado atende as demandas de cumprimento de resultados no campo das instituições empregadoras, pode despolitizar a atuação dos profissionais, afastando-os de um compromisso ético-político que visa à transformação social. Iamamoto (2010), nessa direção, complementa que a fragmentação promovida pela pós-modernidade dificulta a identificação das causas estruturais, prejudicando uma análise crítica das

desigualdades, na medida em que reitera leituras centradas em indivíduos e comportamentos, expressão do conservadorismo.

O distanciamento do exercício profissional da teoria social crítica, sintetiza-se muitas vezes em um descolamento entre teoria e prática, expresso por falas como “na prática a teoria é outra”. Essa perspectiva, revela ainda uma face ainda mais perversa do exercício profissional, expressa por exemplo pelo alinhamento e até confusão entre as atribuições e competências profissional e o projeto e valores institucionais e/ou da política social, muitas vezes assentados em uma identidade conservadora (Guerra, 2019).

Ademais, a promoção de um diálogo contínuo entre teoria e prática é indispensável para que os profissionais mantenham um olhar crítico sobre a realidade, identificando as contradições da lógica neoliberal.

Para o enfrentamento a esses desafios, é essencial que o Serviço Social busque uma reinvenção contínua, integrada aos princípios éticos a uma prática que dialogue com as realidades sociais. Isso implica fortalecer a relação com movimentos sociais, promover uma formação que enfatize a teoria social como base teórico metodológica, ético política e técnico operativa. Somente assim a profissão poderá se qualificar para estabelecer uma nova legitimidade, identificada como a transformação social e com os interesses da classe subalterna. Assim, a identidade do Assistente Social deve estar profundamente ligada à sua capacidade de atuar criticamente nas relações sociais, desafiando as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade (Netto, 2001).

Contudo, para que isso ocorra, é fundamental que a responsabilidade não recaia apenas sobre o profissional, mas que haja um compromisso coletivo entre as instituições empregadoras e os usuários. Somente com uma visão compartilhada de identidade crítica será possível construir um Serviço Social comprometido com mudanças estruturais nas condições de vida das classes subalternas.

Importante destacar, com base em Netto (1996), que a trajetória do Serviço Social envolveu não apenas avanços, mas também crises e desafios. O autor enfatiza que, ao longo das últimas décadas, a profissão passou por um aprofundamento teórico, distanciando-se de uma abordagem assistencialista e consolidando-se como uma ciência social aplicada, que analisa criticamente as contradições do mundo do trabalho e da estrutura social.

Diante desse contexto, é imprescindível analisar os desdobramentos do Serviço Social na contemporaneidade, considerando as mudanças postas ao mercado de trabalho do Assistente Social orientados pela nova morfologia do trabalho, vinculada ao agravamento da crise do capital nos marcos dos anos 2007/2008, bem como seus rebatimentos para a reiteração de perspectivas conservadoras presentes nas instituições espaço de trabalho do Assistente Social.

### **3 SERVIÇO SOCIAL E CONSERVADORISMO: EXPRESSÕES NA CONTEMPORANEIDADE**

O Serviço Social nos anos de 1990 enfrenta desafios postos à profissão, identificados por Netto (1996) como intenção de ruptura, demarcando os desafios postos a profissão no enfrentamento ao conservadorismo enraizado nas estruturas do Estado, nos valores elitistas e institucionais. Aliado a isso a profissão depara-se com desafios que avançam e se acirram com as crises do capital. Frente a isso, importante contextualizar sobre os desafios enfrentados pelos Assistentes Sociais no seu exercício profissional, objetivado nas políticas sociais e nas instituições empregadoras, por sua vez impregnada de valores e ideais conservadores.

No final dos anos de 1990, como desdobramento da crise de 1970, o Brasil vivenciou profundas transformações sob o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que promoveu políticas neoliberais, que priorizavam a desregulamentação do mercado e a redução do papel do Estado na economia, tiveram repercussões significativas nas relações de trabalho, na educação e nas expressões da questão social (Delgado, 2013; Raichelis, 2009).

Essas transformações não apenas afetaram as relações de trabalho, mas também reconfiguraram o espaço sócio-ocupacional dos Assistentes Sociais, que passaram a atuar em um contexto marcado por crescentes demandas sociais e precarização do trabalho. O espaço sócio-ocupacional compreende os diversos contextos institucionais onde o Assistente Social desenvolve suas atividades profissionais, diretamente influenciados pelas demandas sociais e pelas diretrizes das políticas públicas. Trata-se de uma construção dinâmica que reflete as condições econômicas e sociais, determinando tanto os locais de inserção quanto as possibilidades e desafios para a atuação profissional (Delgado, 2013). Essas transformações trazem consequências significativas para a formação e o exercício profissional, revelando a necessidade de uma crítica ao modelo de formação vigente, que frequentemente trata a educação como mercadoria (Raichelis, 2009).

As políticas neoliberais implementadas durante o governo FHC visavam à modernização da economia brasileira, mas também resultaram em uma crescente precarização das relações de trabalho. O aumento da informalidade e a flexibilização das leis trabalhistas levaram a um cenário em que muitos trabalhadores enfrentam insegurança econômica e falta de direitos básicos. Segundo o Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE, 2021), a taxa de desemprego atingiu picos alarmantes em 14,6% e atinge 14,8 milhões de pessoas no trimestre, refletindo as dificuldades enfrentadas pela população.

Entre 2021 e 2023, o Brasil começou a ver uma recuperação gradual no mercado de trabalho. A taxa de desemprego caiu para 11,1% no quarto trimestre de 2021, e continuou a diminuir nos anos seguintes, chegando a 7,8% em 2023. Embora houvesse um aumento no número de ocupações, a informalidade ainda era alta, com cerca de 40% da força de trabalho sem registro formal. Essa dualidade no mercado refletia tanto uma recuperação econômica quanto os desafios persistentes de garantir direitos trabalhistas básicos.

A reestruturação produtiva e as políticas neoliberais intensificaram a desigualdade e a pobreza, gerando um aumento na demanda por serviços sociais. Diante disso, os Assistentes Sociais são frequentemente confrontados com questões complexas que exigem intervenções rápidas e eficazes, mas que muitas vezes carecem de recursos adequados para serem atendidas. Os cenários de cortes em políticas públicas resultaram em condições de trabalho precárias para os profissionais. Isso inclui sobrecarga de trabalho, falta de capacitação e insegurança no emprego, o que compromete a qualidade do atendimento objetivado nas políticas sociais e nas diversas instituições públicas, filantrópicas e ainda as de cunho privado (Iamamoto, 2011; Netto, 2005).

O Serviço Social inserido nesse contexto é perpassado pelos rebatimentos evidenciados nas relações de trabalho, em que o profissional se depara com requisições institucionais, que alinhadas ao preceito do gerencialismo, alinha-se ao cumprimento de metas e de valorização do quantitativo (Ceolin, 2020; Dias; Duque, 2018; Ribeiro, 2020). Essa requisição posta ao exercício profissional desqualifica a intervenção profissional, que entre suas especificidades está a análise crítica e investigativa da realidade. Sendo assim, a imediatez posta pelo cumprimento de metas, pode levar a análises, aparentes e a sínteses no campo da moral e comportamental de famílias e indivíduos (Guerra, 2019).

Os profissionais deparam-se ainda com a precarização dos espaços sócio-ocupacionais, que diante da diminuição do Estado na gestão e financiamento das políticas sociais, abre espaço para os contratos de profissionais voluntários. Importante destacar que no governo de Fernando Henrique Cardoso, no campo da

Assistência Social, um dos principais programas foi a Comunidade Solidária, comandado pela então primeira-dama Ruth Cardoso (Fiuza, 2018).

Essa percepção é agravada pela mercantilização dos serviços sociais e pela pressão por eficiência e resultados, características marcantes das políticas neoliberais, incorporado pelas instituições empregadoras, que por sua vez, quando inclinadas a um caráter conservador, impõe aos profissionais uma realidade que limita sua capacidade de agir de forma crítica e transformadora. Essa dinâmica pode comprometer a identidade do Assistente Social como defensor dos direitos humanos e da justiça social (Iamamoto, 2007).

Além disso, a resistência institucional e a falta de recursos adequados para atender às complexas demandas das classes subalternas dificultam ainda mais a eficácia da profissão. Apesar das conquistas nas décadas de 1980 e 1990, que fortaleceram uma identidade crítica, a desconexão entre o exercício profissional e as expectativas dos usuários persiste (Iamamoto, 2016).

O trabalho ocupacional envolve as atividades realizadas pelos Assistentes Sociais dentro desses espaços, onde frequentemente são requisitados a execução de serviços sociais, programas e projetos, sem os recursos adequados. Essa situação não apenas limita a efetividade das intervenções, mas também compromete a qualidade do atendimento prestados aos usuários (Delgado, 2013).

Com base no artigo "Requisições indevidas no Serviço Social e a atuação da Comissão de Orientação e Fiscalização Profissional do CRESS/SP" (Fernandes *et al.*, 2023), é possível observar que as requisições indevidas impostas aos Assistentes Sociais se intensificam em um cenário de precarização do trabalho, refletindo a lógica neoliberal que prioriza a eficiência em detrimento da qualidade do atendimento. Nesse contexto, a atuação da Comissão de Orientação e Fiscalização é crucial para garantir que os profissionais mantenham sua autonomia e ética, promovendo um serviço que respeite os direitos dos usuários (CRESS/SP, 2022).

A crescente pressão por requisições indevidas nas práticas do Serviço Social revela uma interseção crítica entre o conservadorismo e as crises do capital, que reiteram práticas profissionais limitadas. Esse contexto leva os Assistentes Sociais a enfrentarem dilemas éticos, em que a busca por eficiência e redução de custos pelas instituições empregadoras muitas vezes se sobrepõe aos direitos dos usuários e à qualidade do atendimento (Iamamoto, 2011).

As demandas indevidas muitas vezes refletem uma pressão institucional que busca desviar a atuação do Assistente Social de suas atribuições específicas. Essa situação é agravada quando as instituições se veem sobrecarregadas e tendem a sobrecarregar ainda mais os profissionais. Nesse sentido, Iamamoto (2009) alerta que a sobrecarga de trabalho, a falta de condições adequadas para o exercício profissional e a pressão institucional para o cumprimento de metas e prazos têm sido fatores que dificultam a realização de um trabalho qualificado.

Segundo o Conjunto CFESS/CRESS (2010), "a falta de condições adequadas de trabalho, a precarização das relações trabalhistas e a ausência de uma política de capacitação profissional têm sido obstáculos para a efetivação dos princípios e diretrizes do projeto ético-político da profissão".

As demandas indevidas impostas aos Assistentes Sociais no cotidiano institucional representam um desafio ético e técnico para a profissão. O medo de represálias, a pressão institucional e a falta de apoio são fatores que dificultam a oposição a essas requisições e comprometem a atuação profissional alinhada aos princípios do Serviço Social (Iamamoto, 2009).

Um dos principais fatores que impedem os Assistentes Sociais de se oporem a demandas indevidas é o medo de sofrer represálias, como perseguições e até mesmo demissões. Essa preocupação é fundamentada, uma vez que a precarização das relações de trabalho e a fragilidade dos vínculos empregatícios são realidades comuns no campo da assistência social. Como destaca a Assistente Social Iamamoto (2009), a fragilidade dos vínculos empregatícios e a instabilidade no emprego têm se constituído em obstáculos para o exercício profissional, limitando a autonomia e a liberdade de expressão dos assistentes sociais.

Esse medo de represálias e a instabilidade do vínculo trabalhista, especialmente para profissionais não concursados, terceirizados ou temporários, levam o Assistente Social a evitar confrontos com demandas institucionais, muitas vezes indevidas e conservadoras, que limitam sua autonomia e atuação crítica. Esse cenário reflete a lógica conservadora que mantém o profissional em uma posição de subordinação, reduzindo-o a um executor das demandas institucionais, em vez de permitir que atue de forma transformadora e em defesa dos direitos dos usuários. Assim, o conservadorismo nas instituições se perpetua, impedindo uma prática profissional que questione ou desafie as estruturas vigentes.

Além disso, as exigências do mercado de trabalho para flexibilidade, polivalência e multifuncionalidade contribuem para a precarização das relações de trabalho e intensificação da jornada de trabalho empurrando os Assistentes Sociais para uma condição de insegurança e desvalorização. Isso não apenas limita suas possibilidades de atuação, mas também fragiliza a função social do Serviço Social, que deve ser voltada para a promoção da justiça social e do bem-estar coletivo (Ceolin, 2020; Raichelis, 2009).

Nesse contexto, as dificuldades e tensões internas do Serviço Social se intensificaram. Apesar do respaldo do projeto ético-político e das regulamentações da profissão, o avanço do neoliberalismo fragilizou sua atuação. Como ressalta Netto (2011), assistentes sociais se viram obrigados a buscar trabalho em ONGs ou a se envolver em atividades voluntárias devido ao sucateamento das políticas públicas, evidenciando a desvalorização profissional. Sendo assim, os profissionais da área enfrentam desafios significativos, como a intensificação da informalidade no emprego e a crescente demanda por trabalho em ONGs, muitas vezes em condições de voluntariado, cuja fragilidade dos vínculos, compromete o vínculo com os usuários e a continuidade dos serviços prestados pela Assistente Social.

Netto (1996), ao refletir sobre as possibilidades da profissão resistir e se contrapor as investidas das perspectivas institucionais postas à profissão, destaca a fragilidade postas pelo alinhamento do Serviço Social, as teoria pós-moderna, que propor-se a leituras emergenciais e rápidas da realidade, reforça leituras aparentes e fragmentadas da realidade, abrindo espaço para a reiteração de um exercício profissional, que ao distanciar-se de leituras que envolve a totalidade em seus aspectos históricos e dialéticos, reitera intervenções conservadoras.

A análise de Guerra (2019) sobre a formação profissional revela preocupações fundamentais que afetam diretamente a qualidade do Serviço Social no Brasil. A autora ressalta o avanço da mercadorização do ensino, presentes nas instituições privadas e no Ensino a Distância (EAD), mas também nas instituições públicas, diante das ausências de concursos públicos.

Nesse contexto, o avanço da Educação a Distância (EAD) surge como uma preocupação, quando o que está em questão é a qualificação de competências profissionais, como resposta às novas demandas do mercado de trabalho e requisições institucionais.



Em meio a esse cenário desafiador, a Educação a Distância (EAD) emergiu como uma alternativa viável para muitos estudantes. A modalidade ganhou destaque especialmente após a pandemia da covid 19, quando as instituições foram forçadas a se adaptar rapidamente ao ensino remoto. De acordo com dados da Associação Brasileira de Ensino a Distância (ABED), houve um aumento significativo nas matrículas em cursos EAD, com um crescimento de 150% entre 2019 e 2022. Embora o EAD ofereça, em teoria, flexibilidade e acessibilidade, essa modalidade muitas vezes não alcança todos os estudantes de forma justa, dado o contexto de desigualdade no Brasil. O EAD tende a seguir uma lógica mercantilista, priorizando a quantidade de alunos sobre a qualidade educacional. Isso pode levar à formação de profissionais cuja fragilidade do processo educativo, orienta a posturas mais inclinadas a submissão aos interesses do mercado e ao lucro do que à educação plena e emancipadora, a qual se alinha os compromissos ético e político do Serviço Social.

Como expressão dessa realidade, a autora refere-se ao barateamento da força de trabalho, revelada pela substituição de docentes qualificados a nível de mestrado e doutorado, por especialistas, muitas vezes sem a formação necessária. Isso, não apenas compromete a excelência educacional na graduação, mas também enfraquece o compromisso ético-político da profissão, logo as resistências e lutas políticas no campo do enfrentamento as perspectivas conservadoras postas ao exercício profissional do assistente sociais no campo da atuação institucional. Esse fenômeno é exacerbado pela lógica neoliberal que prioriza a formação por competências e de desempenho, em detrimento da formação crítica e reflexiva, essencial para a atuação do assistente social.

Nesse contexto, a formação orientada pelo modelo de Bolonha impõe um tempo reduzido para a formação e limita o ensino superior a um mero preparo para o mercado. Essa abordagem não considera as especificidades e as complexidades do processo de trabalho do Assistente Social, levando a uma formação que pode deformar a identidade profissional. Guerra (2019) enfatiza que essa "formação" não é qualquer uma; ao contrário, ela pode transformar o profissional em um sujeito à imagem do mercado, moldando suas habilidades e valores para se adequar a interesses capitalistas, objetivados pelos projetos institucionais à revelia da direção social construída na trajetória histórica do Serviço Social.

Guerra (2019) argumenta que o processo de formação dos Assistentes Sociais tem enfrentado o risco de um "aligeiramento" curricular, especialmente com a popularização do EAD, que pode esvaziar o caráter crítico da formação. Fortalecer a formação teórica, fundamentada em correntes críticas, como o marxismo, amplia a capacidade de análise e intervenção do Assistente Social, assegurando que sua prática esteja alinhada aos interesses das classes populares.

A realidade das universidades privadas, mas também das públicas, são marcadas por desafios estruturais e resquícios de um passado autoritário, impõe limitações à intervenção dos profissionais. A superação dessas dificuldades exige um compromisso conjunto entre a academia e o exercício profissional, promovendo uma formação que atenda às necessidades do mercado de trabalho, sem perder de vista os princípios éticos e críticos que fundamentam a profissão (Iamamoto, 2019; Guerra, 2019).

O contexto de avanço da mercadorização da educação, desafia a formação a consolidação de um processo formativo, a consolidação de orientado pela formação de um perfil crítico, criativo e propositivo, orientado pelas dimensões teórico metodológica, ético política e técnico operativa. Isso exige-sequea ela se articule uma proposta qualificada de formação profissional, com capacidade de subsidiar formulações de respostas face as novas demandas que se reconfiguram frente ao contexto de avanço de crises capitalistas.

Aliado ao contexto de crise capitalista tem-se em 2008 a crise financeira global, originada pelo colapso do setor imobiliário nos Estados Unidos, que demonstrou como a falta de regulação no sistema financeiro pode causar repercussões devastadoras em economias ao redor do mundo. O aumento do desemprego e a adoção de políticas de austeridade acentuaram a precarização do trabalho, intensificando as desigualdades sociais. Isso decorreu da tendência sucessiva de intensificação do controle e da exploração do trabalho, aliado ao avanço da globalização, das Tecnologias Digitais (TICs) e do capital rentista, que atualmente acumula 10 vezes o valor do Produto Interno Bruto brasileiro (PIB) (Raichelis, 2020).

Aliado a esse contexto, evidencia-se a ascensão ao poder de líderes representantes da extrema direita, exaltados como capazes de enfrentar as consequências do avanço neoliberalismo ao longo de 40 anos. É a partir desse contexto que se erguem governos como o Donald Trump nos Estados Unidos em 2016. Assim, como a eleição de Jair Bolsonaro no Brasil se colocou como uma

ameaça à democracia brasileira. Segundo Norris e Inglehart (2018 *apud* Fukushima; Ferraz, 2021), são governos que assentados em uma retórica populista para legitimar seus estilos de governança, promovem valores autoritários que ameaçam as instituições democráticas de seus respectivos países, em um movimento de reiteração de valores e práticas conservadoras, em grande parte absorvidos pelas relações de poder nas instituições públicas, espaço de trabalho do Assistente Social.

Considerado isso, afirma-se que o contexto político econômico pode ser:

Facilitador da reatualização de projetos conservadores na profissão, mas entendendo também que nossa trajetória de lutas, inserida no universo de resistências da sociedade brasileira permite esse enfrentamento, quero afirmar que do ponto de vista ético-político a busca de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social - princípio e objetivo que norteou (norteia) o projeto ético-político nesses trinta anos é neste momento renovado como um grande desafio: o enfrentamento de suas novas formas ético-políticas e manifestações teórico-práticas (Barroco, 2009, p. 211-212).

No Brasil, nos anos subsequentes, anos de 2015 e 2016 a precarização do trabalho e das políticas sociais, especialmente durante a crise política, que levou a deposição da presidenta Dilma Rousseff, resultou em retrocessos significativos nas conquistas sociais (Iamamoto, 2017). A reforma trabalhista de 2017, por exemplo, ampliou a precariedade no mercado de trabalho ao permitir a criação de contratos temporários e a diminuição de direitos trabalhistas, acentuando a vulnerabilidade dos trabalhadores. Essa situação foi agravada pela pandemia de covid em 2020, que levou ao fechamento de empresas e a demissões em massa, resultando em um aumento dramático da taxa de desemprego (Guerra, 2019).

A reforma trabalhista de 2017 teve um impacto significativo no exercício profissional dos assistentes sociais, pois a flexibilização das relações de trabalho reduziu a segurança e a estabilidade das condições laborais. Essa nova morfologia do trabalho, conforme discutido por Raichelis (2009), implica que os Assistentes Sociais frequentemente enfrentam demandas para atuar em contextos em que as exigências institucionais são maiores, mas os recursos e direitos são reduzidos. A precarização das relações de trabalho, ao permitir contratos temporários e a diminuição dos direitos trabalhistas, além da falta de concursos públicos, compromete a capacidade dos Assistentes Sociais de desenvolver intervenções qualificadas, resultando muitas vezes na reiteração de um exercício profissional com traços conservadores. Essa situação não apenas limita a eficácia das ações profissionais,

mas também coloca em risco a qualidade dos serviços prestados às populações vulneráveis, ressaltando a necessidade de uma reflexão crítica sobre o papel da profissão em um cenário de insegurança e desvalorização.

Portanto, é fundamental que a profissão mantenha-se atenta e crítica às novas formas de exploração e precarização, seja no âmbito da formação acadêmica ou do exercício profissional. Como destacam Netto (1996) e Iamamoto (2007), a resistência e a luta por condições de trabalho dignas e por políticas sociais mais inclusivas continuam sendo elementos centrais para que o Serviço Social possa atuar em defesa das classes subalternas, enfrentando as contradições impostas pelo neoliberalismo e pela crescente mercantilização dos direitos sociais.

A precarização do trabalho, intensificada pelas políticas neoliberais, reforça a necessidade de uma análise crítica sobre as condições em que os profissionais operam. Nessa direção Raichelis (2009) enfatiza que a formação crítica e a compreensão das estruturas sociais são fundamentais para que os Assistentes Sociais possam, o exercício da autonomia profissional, como estratégia de resistência às pressões conservadoras.

Nesse contexto, a noção de autonomia relativa, conforme Netto (2011) torna-se central para a reflexão sobre a atuação do assistente social “[...] trata-se de um/uma profissional com conhecimentos ético-políticos, técnico-operativos, teórico-metodológicos, os quais, por sua vez, são mediados por uma relação de assalariamento” (Fernandes *et al.*, 2023). Essa autonomia é condicionada pelas forças estruturais da sociedade capitalista, o que impõe limites ao exercício profissional, à medida que o mercado e a mercantilização das políticas públicas afetam diretamente as possibilidades de ação crítica. O Assistente Social se vê, assim, diante de um dilema: como manter a coerência com os princípios do projeto ético-político da profissão enquanto enfrenta pressões que buscam transformar direitos em mercadorias?

A atuação crítica e coletiva é essencial para superar os desafios impostos por esse contexto. Netto (2011) destaca que, apesar da limitação da autonomia relativa, o Assistente Social pode buscar espaços de resistência por meio da articulação com movimentos sociais, sindicatos e conselhos de classe, que atuam na defesa dos direitos sociais e na luta contra a precarização do trabalho. Essa função mediadora é crucial para garantir que as vozes das classes populares sejam ouvidas e que haja um espaço para a construção de soluções coletivas.

Dessa forma, mesmo em um contexto adverso, o profissional pode superar as barreiras institucionais, por meio de uma atuação coletiva, crítica e mediadora, articulada com as lutas sociais. Iamamoto (2010) enfatiza a importância do fortalecimento das instituições de ensino e dos conselhos de classe, como o CFESS e o CRESS, na defesa de diretrizes curriculares que assegurem uma formação de qualidade.

Sobre o exercício da autonomia relativa profissional é importante destacar a importância da dedicação em educação contínua, no sentido de desenvolver a qualificação de leituras críticas, reflexivas sobre a realidade, bem como sobre o exercício profissional, a participação em processos decisórios, e estratégias de negociação sobre as condições de trabalho. Esses elementos ajudam a equilibrar a independência profissional com as exigências institucionais.

O projeto ético-político, consolidado a partir dos anos 1990, é um marco importante para a profissão, conforme Netto (1996). Contudo, sua consolidação, depara-se com desafios, entre os quais estão às resistências ao conservadorismo expresso entre outros por requisições postas entre outras pelas políticas sociais e instituições ao exercício profissional do Assistente Social.

No próximo item, será apresentado um estudo do documento Projeto Político Pedagógico da Escola “Carmem Lúcia Rauén Lopes” – Educação Infantil e Ensino Fundamental na Modalidade de Educação Especial - Paranavaí – Paraná, com destaque para as origens da instituição, seus valores e as requisições posto ao Assistente Social.

#### **4 SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: REQUISIÇÕES INSTITUCIONAIS CONSERVADORAS E DESAFIOS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL**

Neste capítulo, será apresentada um estudo documental do Projeto político Pedagógico de 2021 da Escola Carmen Lúcia Rauen Lopes, localizada na cidade de Paranavaí-PR, destacando as diretrizes e como elas expressam legados conservadores, vinculados ao histórico da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), bem como seus desdobramentos, no sentido de direcionamento do exercício profissional de profissionais como o Assistente Social.

A seguir será apresentado o estudo documental do estudo documental do Projeto político Pedagógico de 2021 da Escola Carmen Lúcia Rauen Lopes, organizado em três eixos de análise, sendo eles Eixo 1) Escola “Carmem Lúcia Rauen Lopes: origem e conexões com valores conservadores; Eixo 2) Redemocratização do país e requisições conservadoras ao Serviço Social; Eixo 3) Serviço Social e Conservadorismo: lutas e resistências como expressões do exercício profissional.

##### **4.1 EIXO 1) ESCOLA “CARMEM LÚCIA RAUEN LOPES: ORIGEM E CONEXÕES COM VALORES CONSERVADORES**

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Camem Lúcia Rauen Lopes, apesar de ter tido sua versão atualizada em 2021 mantém em seu texto referência a elementos do passado histórico como compromisso político pedagógico a todos os que na instituição se inserem. Identifica-se assim, o conservadorismo, como raiz histórica no processo de constituição da instituição de educação especial, conforme consta no documento, a:

Sua construção resgata crenças, valores, conhecimentos da realidade escolar e do contexto histórico-social, constituindo-se em compromisso político pedagógico assumido por todos os envolvidos, buscando através de reflexões e debates promover o diagnóstico da escola, buscar fundamentações teóricas e possíveis linhas de ações (Paranavaí, 2021, p.5).

Sendo assim, a instituição é vista como o domínio do indivíduo para sua adequação às exigências do poder que sobre ele se estabelece, ou, em outros termos, para "manter sobre ele uma coerção sem folga, em funcionamento 'normal' e como força de trabalho a explorar" (Balén, 1983, p. 76).

Importante resgatar que a Ditadura Militar No Brasil, insere-se em um contexto marcado pelo autoritarismo, ações de repressão e censura, durante este período, a liberdade e a igualdade enquanto pilares dos Direitos Humanos formam duramente, atacados, expressando limites de expressão, entre os quais, a organização social e a manifestação de vozes de grupos marginalizados, como a de famílias e as pessoas com deficiência.

A organização das Escolas da APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) teve origem no período da Ditadura Militar no Brasil, sendo fortemente influenciada pelos valores e crenças das elites, que moldaram as práticas e diretrizes institucionais. Essa estruturação não apenas definiu a maneira como essas instituições operavam, mas também deixou legados que perduram até os dias de hoje no exercício profissional da Assistência Social dentro das APAES (Paranavaí, 2021).

Historicamente, a primeira iniciativa no Brasil de congregar pais de "excepcionais" e outras pessoas interessadas em apoiá-los ocorreu no Rio de Janeiro, impulsionada por Beatrice Bemis, uma diplomata norte-americana e mãe de uma pessoa com Síndrome de Down. Comovida pela ausência de trabalhos sociais voltados para as pessoas com deficiência no Brasil. Bemis incentivou um grupo composto por pais, amigos, professores e médicos a organizar um movimento em favor da criança com deficiência mental (Salaberry, 2007).

Em março de 1955, foi criada a primeira APAE do Brasil, no Rio de Janeiro, seguida pela formação de outras associações até 1962. Nesse ano, a primeira reunião nacional de dirigentes apaeanos, presidida pelo médico psiquiatra Dr. Stanislau Krinsky, em seu consultório em São Paulo que funcionou por vários anos, resultando na fundação da Federação Nacional das APAES em 10 de novembro de 1962. Em 1964 a sede da Federação foi inicialmente construída no Rio de Janeiro e, posteriormente, transferida para Brasília, adotando como símbolo uma flor ladeada por duas mãos, uma em posição de amparo e outra de orientação (Paranavaí, 2021).

A Federação Nacional das APAES é uma organização sem fins lucrativos que abrange APAEs e entidades afins, com foco em áreas educacional, assistencial e cultural. Com sede em Brasília, ela coordena cerca de 2.255 APAEs e 25 federações estaduais no Brasil. Sua estrutura inclui a Assembléia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva, a Autodefensoria e o Conselho Consultivo (Regimento Interno da Federação Nacional das APAEs, 2024).

Em março de 1955, foi criada a primeira APAE do Brasil, no Rio de Janeiro, seguida pela formação de outras associações até 1962. Nesse ano, a primeira reunião nacional de dirigentes apaeanos, presidida pelo médico psiquiatra Dr. Stanislau Krinsky, em seu consultório em São Paulo que funcionou por vários anos, resultando na fundação da Federação Nacional das APAES em 10 de novembro de 1962. Em 1964 a sede da Federação foi inicialmente construída no Rio de Janeiro e, posteriormente, transferida para Brasília, adotando como símbolo uma flor ladeada por duas mãos, uma em posição de amparo e outra de orientação (Paranavaí, 2021).

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Paranavaí foi fundada em 3 de agosto de 1969. O primeiro presidente da APAE, Dr. Camilo de Andrade Nepomuceno, atuou de 1969 a 1975, período em que ainda não existia a escola da instituição utilizando seu consultório para reuniões. Dr. Camilo foi médico e o primeiro presidente da APAE de Paranavaí (Paranavaí, 2021).

Durante esse período, o Brasil estava sob a ditadura militar, e ele era um membro da elite local, o que lhe permitiu influenciar e contribuir para o desenvolvimento da instituição e a reafirmação dos valores do período ditatorial para condução da instituição.

Em 1975, com a fundação da escola da APAE, sob a presidência de Miriam Barbosa Dias (1975-1977) ex-primeira-dama de Paranavaí, a instituição começou a funcionar efetivamente em fevereiro de 1976. Apesar do regime militar ainda estar em vigor.

O autoritarismo permeava as decisões, demandando das profissionais da instituição, como por exemplo, dos Assistentes Sociais uma adaptação a práticas que ignoravam o aprofundamento na questão social e a voz dos usuários.

Durante a presidência de Cleuza Cyrino Penha (1977-1979) professora e poetisa ela se dedicou à literatura e movimentos da cidade, a APAE continuou a oferecer serviços essenciais em um período de crescente repressão, ao mesmo tempo em que a sociedade começava a se conscientizar sobre os direitos das pessoas com deficiência. Neste período de Ditadura Militar identifica-se uma resiliência da comunidade, que buscava assegurar um espaço seguro e acolhedor para o desenvolvimento educacional da pessoa com deficiência.

Em 1979 foi construída a atual sede, onde até os dias de hoje a Escola está em funcionamento. Construído um prédio próprio em 1983, representando uma conquista significativa em um momento de abertura política lenta, que se iniciava no



país. Em homenagem a presidência da instituição, a escola passa ser chamar “Carmem Lúcia Rauen Lopes” (Paranavaí, 2021).

A nova sede não só proporcionou melhores condições para a educação, mas também simbolizou uma afirmação da existência e da importância das pessoas com deficiência na sociedade. Desde a homenagem, vários presidentes assumiram a direção da APAE. No entanto, atualmente a escola não possui um presidente, sendo dirigida temporariamente pela Federação das Apaes do estado do Paraná (Diário do Noroeste, 2024).

No que se refere ao período da Ditadura Militar no Brasil, sobre a organização dos valores e normas institucionais que orientam o funcionamento da Escola “Carmem Lúcia Rauen Lopes, destaca-se que as normas institucionais são formas de enquadramento dos problemas que elas mesmas determinam quais sejam e a atuação profissional passa a ser uma forma de intervenção nesses problemas institucionalizados num esquema já determinado pelas normas (Faleiros, 2001, p.60), que muitas vezes reafirmam valores que revelam estruturas conservadoras, incorporada pelos dirigentes, seus valores elitistas e por vezes aliados a gestão do estado e das<sup>1</sup> políticas sociais.

Segundo Faleiros (2001), as instituições embora possuam funções sociais, são instrumentalizadas para a manutenção da ordem social e dos interesses das classes dominantes. O autor argumenta que as instituições não são neutras, mas operam como mecanismos de regulação social, ajustando conflitos e demandas às exigências do sistema capitalista. Nesse sentido, as práticas institucionais favorecem a reprodução das desigualdades, tratando as classes populares como sujeitos subalternos e acrílicos.

Nesse contexto, Faleiros (2001, p. 36) afirma “[...] as classes dominantes necessitam de canais institucionais para dar vazão às demandas das classes dominadas, apaziguá-las e controlá-las”. Assim, as instituições se tornam mecanismos de controle, regulando e limitando as ações sociais e políticas, ao mesmo tempo em que visam garantir a reprodução das estruturas de poder dominante e de seus privilégios. Faleiros (2001) o conservadorismo se expressa nas instituições ao

---

<sup>1</sup>A APAE de Paranavaí está sob intervenção da Federação das Apaes do estado do Paraná por tempo indeterminado devido a questionamentos sobre a gestão e ações internas que geraram desconfiança entre os pais dos alunos. Segundo a reportagem, as famílias expressaram insegurança diante de decisões administrativas que não foram claramente explicadas e que impactaram diretamente o atendimento. A intervenção busca corrigir essas falhas, reorganizando a direção e reforçando as políticas institucionais para garantir um atendimento mais transparente e de qualidade, visando restaurar a confiança da comunidade atendida (Diário do Noroeste, 2024).

manter estruturas rígidas de poder e resistir à desconstrução dessas relações. Esse controle institucional evita mudanças significativas, assegurando a continuidade de interesses e a estabilidade da ordem social existente.

A análise sobre as elites é fundamental para compreender a dinâmica de poder em contextos históricos e sociais, incluindo períodos autoritários como a Ditadura Militar no Brasil. De acordo com Mosca (1939) e Pareto (1987), toda sociedade é governada por uma minoria organizada, enquanto a maioria permanece desorganizada. Essa "circulação de elites" assegura que grupos dominantes renovem sua influência, seja nas esferas econômicas ou políticas. Mills (1956) complementa essa perspectiva ao destacar que a concentração de poder nas mãos de líderes empresariais, militares e políticos formam uma "elite de poder", determinando os rumos da sociedade de acordo com seus interesses.

Em um contexto de autoritarismo, a hierarquia social perpetua um ciclo em que as lutas por direitos são mediadas por quem detém poder e influência, questionando a verdadeira inclusão e representação nas políticas públicas (Marx; Engels, 1848; Netto, 2018).

As diretrizes e abordagens adotadas nesse período da ditadura, muitas vezes alinhadas aos interesses das elites, perpetuam uma visão de assistência que prioriza a adaptação aos padrões institucionais, em detrimento de uma perspectiva crítica e transformadora, a qual se alinha o Serviço Social.

Importante destacar que o Serviço Social, travou lutas e resistência a Ditadura Militar. O Movimento de Reconceituação (1965-1975), questionou o conservadorismo enraizado no exercício profissional, bem como suas bases sustentadas pelos valores elitistas e institucionais, conduzidos pela Ditadura Militar. A defesa da democracia, a defesa da justiça social e dos direitos humanos, colocaram-se como resistência ao autoritarismo, a reiteração da desigualdade social e a subalternização da classe operária. O Congresso da Virada nos anos de 1979 e a construção do Projeto Ético Político do Serviço Social são expressões de resistência ao conservadorismo, construídas como identidade profissional.

A instituição, ao requerer um profissional apenas para seu próprio desenvolvimento, desvia-se da função crítica e transformadora da profissão, tratando o Assistente Social como um tarefeiro executor de demandas.

As instituições sociais, ao se apresentarem como autônomas e voltadas para o bem-estar da população, operam dentro de uma estrutura política que reate as

relações de poder entre classes sociais. Conforme descrito por Faleiros (2001), não se baseia exclusivamente em um consenso, mas também envolve mecanismos de controle que podem ser tanto explícitos quanto sutis

A afirmação de Faleiros (2001, p.32) que "[...] as classes dominantes necessitam do consentimento das classes dominadas para exercer sua hegemonia", ressalta a necessidade de legitimidade que essas instituições buscam em suas práticas. Essa busca, frequentemente disfarçada sob uma "face humanista", oculta a realidade da violência institucional que se manifesta na busca por controle e aceitação. Nos espaços sócio-ocupacionais, essa contradição se torna evidente, pois, enquanto se propõe a inclusão e a promoção do bem-estar, as instituições podem reproduzir mecanismos de disciplina e controle social.

A coerção, que "se exerce de forma social, moral e psicológica, utilizando as pressões decorrentes da situação de autoridade, disciplina e conhecimento" (Faleiros, 2001, p.32), evidencia que, no interior das instituições, a atuação profissional pode estar condicionada a valores e crenças que não necessariamente atendem às necessidades dos indivíduos que deveriam beneficiar.

Fica evidente que a história da Escola "Carmem Lúcia Rauen Lopes" e sua conexão com valores conservadores refletem uma institucionalização que, apesar de apresentar alguns avanços em termos de estrutura física e educacional, ainda carrega uma abordagem conservadora e tecnicista. Desde a sua fundação até os dias atuais, a instituição tem sido marcada por práticas que, embora busquem promover a inclusão, muitas vezes se limitam à manutenção da ordem institucional, sem um olhar crítico sobre as causas estruturais das desigualdades sociais. O exercício profissional do Assistente Social na escola, como vimos, tem sido enquadrado dentro de uma lógica conservadora, em que as demandas institucionais priorizam a conformidade e a adaptação, em vez de desafiar e transformar as realidades sociais.

A seguir, iremos abordar a Redemocratização do país e a renovação do conservadorismo no Serviço Social, analisando como esses elementos têm contribuído para a perpetuação de um modelo de atuação que limita o exercício profissional e a transformação das realidades sociais.

## 4.2 EIXO 2) SERVIÇO SOCIAL: ENTRE A RENOVAÇÃO DO APARATO LEGAL E A MANUTENÇÃO DAS REQUISIÇÕES CONSERVADORAS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

No final dos anos de 1980, chega ao fim o período da Ditadura Militar, abrindo caminhos para a Redemocratização do país. O contexto é demarcado pelo fortalecimento dos Movimentos Sociais, como foi as Diretas Já, que contribuíram para a retomada democrática no país. A aprovação da Constituição Federal de 1988 demarca o início de um processo de renovação das legislações e valores, sustentado pela democracia. A Constituição de 1988 insere-se como um importante marco, ao retomar os direitos fundamentais, assentados nos princípios da liberdade e da igualdade. A educação é definida no Art. 215 como um direito de todos e um dever do Estado e da família. O objetivo é o pleno desenvolvimento da pessoa, a preparação para a cidadania e a qualificação para o trabalho.

Sobre as legislações que regem a educação especial, a Lei nº 7.853/1989 e o Decreto nº 3.298/1999, que regulamentaram a atenção integral à pessoa com deficiência. A atuação da sociedade civil organizada foi crucial para o avanço dos direitos das pessoas com deficiência, que historicamente enfrentaram desprezo e desrespeito. Importante marcos legal, como a Lei nº 8.112/90 e a Lei nº 8.213/91, garantem a inclusão e a proteção social desses indivíduos na inclusão no trabalho público e apoio financeiro. Além disso, a Convenção de Guatemala e a Declaração de Salamanca de 1994 promovem a educação inclusiva.

Na década de 1970, com a estruturação do Departamento de Educação Especial, intensificaram-se as ações no âmbito da escola pública, promovendo a expansão do atendimento em diversas regiões. A partir dos anos de 1990, o conceito de Educação para Todos começou a ganhar força, promovendo a cidadania e a igualdade de oportunidades, que contribuíram para fundamentar o discurso da educação inclusiva. Com o compromisso social e a adequação à legislação vigente, muitas entidades educacionais organizaram suas escolas, resultando na emissão do Parecer 108/2010 pelo CEE/PR, que reconheceu as escolas especiais como "Escolas de Educação Básica, Modalidade de Educação Especial". Em 2013, a Lei nº 17.656 instituiu o Programa "Todos iguais pela Educação", garantindo acesso a etapas de educação para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento,

promovendo parcerias entre o Estado do Paraná e as Entidades Mantenedoras de Escolas (Paranavaí, 2021).

Além disso, o Parecer CEE/CEIF/CEMEP nº 07/14, aprovado em 2014, introduziu novas proposições organizacionais que visavam melhorar a educação dos alunos com Deficiência Intelectual e Múltiplas Deficiências. O parecer CEE/Bicameral nº 128/2018 reafirmou e regulamentou as ações administrativas e pedagógicas do Parecer anterior, promovendo a melhoria da gestão escolar (Paranavaí, 2021). Com a Resolução 4831/1976 e a Resolução 2634/2017, válidas até 2026, a escola busca atender alunos com especificidades, oferecendo adaptações institucionais e apoio individualizado, visando efetivamente a inclusão e a valorização da diversidade educacional. Esse percurso evidencia o compromisso contínuo com a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo (Paranavaí, 2021).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, criado em julho de 2015, visa garantir a igualdade de direitos e promover melhores condições de vida para pessoas com deficiência. Ele assegura o acesso às mesmas oportunidades, sem discriminação. Dividido em três partes, a lei aborda: 1) direitos fundamentais (saúde, educação, transporte); 2) acesso à informação e uso de tecnologias assistivas; 3) acesso à justiça e penalidades para infratores.

O estudo documental do Projeto Político Pedagógico da Escola Carmem Lúcia Rauhen Lopes, mostra que a política de educação e o sistema de ensino evidencia um avanço significativo em prol dos direitos educacionais, no final dos anos de 1980, especialmente para alunos com deficiência. Contudo, é imprescindível reconhecer que essa trajetória, se por um lado demarca ruptura, sob o ponto de vista legal, com a perspectiva autoritária do regime militar, por outro, mantém traços e valores desse período, que deixou legados de conservadorismo e hierarquia social que se perpetuam nas instituições até os dias atuais. Essa dinâmica se revela na forma como são gestadas as políticas sociais, e ainda nas requisições institucionais postas ao exercício profissional dos Assistentes Sociais. Assim a perspectiva de educação sob a perspectiva da educação e inclusão social, deve ser não apenas normativas, mas também efetivas e validadas no cotidiano da gestão das escolas, como são as de educação especial. Isso, inclui a legitimação das especificidades profissionais e respeito a relativa autonomia profissional na condução do exercício profissional, como é o do Assistente Social. Isso é essencial para garantir uma educação inclusiva e

equitativa, portanto distante dos valores conservadores que limitam avanços de valores democráticos, como identificado no documento institucional estudado.

Destaca-se assim, que nos anos de 1980, o Serviço Social vinha, historicamente, combatendo práticas conservadoras que atravessam diferentes áreas sociais, incluindo a educação especial. Para Netto (1996), o exercício profissional do Serviço Social é um espaço de disputa simbólica em que coexistem interesses sociais contraditórios. Isso se revela nas requisições institucionais que, mesmo sob o discurso de inclusão, mantêm estruturas conservadoras, focados na mudança de comportamento. No documento estudado, o exercício profissional do Assistente Social, é requisitado para o desenvolvimento do trabalho social com famílias, que busque “parceria com a família com o fim de resgatar a legitimidade da escola que a crise da modernidade lhe retirou. É o que pode ser verificado no fragmento extraído do texto do Documento Pedagógico da Escola Carmem Lúcia Rauen Lopes.

Não que a escola tenha o papel de reorganizar o quadro familiar, mas a incumbência de abrir as portas e proporcionar meios que fortaleçam a parceria educativa com os pais, de modo a instituir uma nova responsabilidade e trazer de volta à escola a legitimidade que a crise da modernidade lhe retirou (Paranavaí, 2021,p.34).

Essa perspectiva possibilita considerar que, a modernidade, identificada como um contexto histórico demarcado pela razão, conduzida pela ciência, portanto pelas leis como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei da Inclusão (Lei nº 13.146/2015) garante direitos às pessoas com deficiência. A Lei de Benefícios da Previdência (Lei nº 8.213/1991) assegura benefícios, enquanto a Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.098/2000) e o Decreto nº 5.296/2004 regulamentam normas para garantir o acesso em espaços e serviços, entre outras legislações. Pode estar munindo familiares de informações e condições legais para que possam se colocarem como sujeitos de direito, a medida em que buscam participarem da vida escolar dos estudantes com deficiência. Isso pode estar atuando como uma ameaça a estrutura autoritária da instituição, ao manifestar a intenção de processos que conservem posturas de comportamentos de enquadramento as regras e normas institucionais.

O trabalho social com famílias é requisitado pela instituição aos profissionais Assistentes Sociais e Psicólogos, em uma perspectiva terapêutica.

Conforme inscreve o documento estudado PPP, quanto a requisição institucional em relação ao desenvolvimento de oficinas terapêuticas, inscreve ainda

que, “os encontros deverão ser realizado semanalmente, dirigidos por profissionais das áreas de Psicologia e Serviço Social, através de oficinas terapêuticas que acontecem no Centro de Atendimento à pessoa com deficiência, da APAE” (Paranavaí, 2021, p. 38).

Ressalta-se que o documento estudado – PPP, desconsidera a orientação dada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) que veta o exercício da prática terapêutica ao profissional ao Assistente Social, conforme Resolução CFESS nº 569, de 25 de março de 2010 (Brasil, 2010).

Art. 1º. A realização de terapias não constitui atribuição e competência do assistente social.

Art. 2º. Para fins dessa Resolução consideram-se como terapias individuais, grupais e/ou comunitárias: a. Intervenção profissional que visa a tratar problemas somáticos, psíquicos ou psicossomáticos, suas causas e seus sintomas; b. Atividades profissionais e/ou clínicas com fins medicinais, curativos, psicológicos e/ou psicanalíticos que atuem sobre a psique.

Embora o documento Projeto Político Pedagógico da instituição reflita e expresse no campo dos marcos legal democrático, a compreensão de que a escola deve ser um espaço de formação de sujeitos críticos, quando descreve aquilo que requisita ao exercício profissional, como é a do Assistente Social, o foco recai em perspectivas conservadoras, como são os encontros terapêuticos, sem questionar de fato as estruturas desiguais que afetam a vida dos usuários. Esse modelo limita ao Assistente Social, uma identidade com o desenvolvimento de uma consciência crítica, deixando de estimular nos usuários uma compreensão mais profunda da realidade que vivenciam. Dessa forma, a escola não promove plenamente a formação de sujeitos capazes de questionar e entender o contexto de desigualdade ao qual estão submetidos.

No desenvolvimento das oficinas, o documento reitera a perspectiva posta ao exercício profissional do Assistente Social, que junto ao Psicólogo, deve orientar-se pela busca de inclusão, a partir da “reestruturação emocional” e do “harmonizar das emoções humanas”. Conforme encontrado no documento estudado, o trabalho com famílias da Escola tem como finalidade:

Promover o fortalecimento de vínculos familiares, resignificando as famílias enquanto referência na socialização primária, proporcionar reestruturação emocional; harmonizar as emoções humanas; promover o desenvolvimento de aptidões e habilidades emocionais já instaladas; promover uma maior conscientização do mundo interno com o mundo externo; orientar e

aconselhar de acordo com a demanda; promover um espaço para que os participantes compartilhem experiências de vida; promover autoconhecimento e desenvolvimento pessoal e grupal; orientações e intervenções específicas junto aos participantes de forma grupal e/ou individual, de acordo com a demanda; facilitar a elaboração de conflitos; versar sobre temas diversos, relacionados ou não com a deficiência, segundo as necessidades (Paranavaí, 2021,p.39).

O enfoque na reestruturação emocional no trabalho com famílias da Escola se afasta dos princípios fundamentais do Serviço Social, que é o da transformação social, expressa pela socialização do acesso a direitos sociais, em uma perspectiva de análise e intervenção crítica na realidade. Essa requisição institucional, posta ao Assistente Social, ao priorizar o aspecto emocional, desconsidera a essência da profissão, suas lutas e resistências ao conservadorismo. A recusa da instituição em legitimar os valores construídos pela profissão reafirma valores que interessam a manutenção dos interesses das elites dirigentes, ou seja, o desenvolvimento de comportamentos de familiares que aceitam e acatam as decisões da escola.

Nos encontros semanais, a escola propõe um espaço para que os participantes se sintam à vontade para expressar seus sentimentos e pensamentos, promovendo trocas e reflexões. Contudo, embora a intenção seja fornecer orientações para as dinâmicas familiares e individuais, a requisição institucional posta ao exercício profissional do Assistente Social, nega a perspectiva crítica de analisar e intervir em contextos de desigualdades, com foco no acesso a direitos aos estudantes no contexto da educação especial e de seus familiares.

Ao invés de fortalecer os indivíduos de forma genuína, os encontros, segundo o documento PPP da Escola Carmem Lúcia Rauen Lopes, reforça um modelo conservador, no qual os participantes, através das oficinas ministradas pelo Assistente Social e Psicólogos, espera-se que as famílias “recebendo [recebam] suporte emocional e feedback psicológico, para que saiam mais fortalecidos” (Paranavaí, 2021, p.39,grifo nosso).

Isso ocorre,sem, contudo, questionar ou modificar as estruturas que perpetuam a desigualdade e sua conformidade, como por exemplo aquelas geradoras de preconceitos e discriminações presentes nas relações sociais, sejam elas familiares, institucionais ou comunitárias.Essa abordagem, ao focar apenas no fortalecimento superficial sem, de fato, promover uma reflexão crítica, não se alinha ao papel do profissional do serviço social, que não deve atuar na manutenção ou



correção de comportamentos ou aspectos emocionais, como evidenciado no que é tratado durante esses encontros semanais.

Segundo o documento Projeto Político Pedagógico (2001) da Escola Carmem Lúcia Rauen Lopes, a escola, através dos encontros e dos temas trabalhados, busca alcançar transformação e manutenção social, como expresso no documento institucional: “[...] por meio dos temas trabalhados espera-se alcançar transformação e manutenção social, potencializando os recursos dos próprios participantes do grupo” (Paranavaí, 2021, p.39).

No entanto, como aponta Faleiros, “estas novas relações do Estado com a população e sua intervenção na vida cotidiana exigem também um contingente amplo de funcionários que devem controlar e fiscalizar estas contribuições. Mas a fiscalização recai sobre o cidadão e não sobre as próprias condições que geram o problema” (Faleiros, 2001, p.24-25).

Dessa forma, o conservadorismo enraizado na instituição reflete diretamente no exercício do Serviço Social, evidenciado no direcionamento em demandas inadequadas e conservadoras ao profissional. Esse modelo de atuação, em vez de atender às necessidades reais da população, prioriza a manutenção da ordem institucional, como destaca Faleiros (2001, p.61): “a intervenção profissional passa a ser enquadrada não em função da problemática real da população, mas em função da perturbação da ordem institucional”.

Diante disso, o Instrumento de Trabalho do Serviço Social, a visita domiciliar, conforme destacado no documento da instituição, tem como objetivo declarado conhecer as condições da família e aproximar a instituição da realidade das mesmas (Paranavaí, 2021).

No entanto, essa abordagem, ao ser solicitado, revela-se reducionista, ao direcionar as visitas domiciliares para mudanças comportamentais, reduz a complexidade da intervenção nas expressões da “questão social” com aspectos superficiais, como ajustes ou correções individuais. Em vez de abordar as condições estruturais, históricas e sociais que influenciam a realidade das famílias, a prática fica restrita a um olhar limitado, focado apenas em aspectos comportamentais, sem considerar as desigualdades e os fatores contextuais mais amplos que realmente afetam essas famílias. Isso empobrece a intervenção e limita as possibilidades de transformação social, pois não lida com as causas profundas das dificuldades vivenciadas pelas famílias.

As visitas domiciliares são realizadas pela Assistência Social da Apae de acordo com a necessidade e a demanda solicitada, investigando os casos de evasão escolar, muitas faltas sem justificativas, doenças, alterações comportamentais e as situações que se fizerem necessárias (Paranavaí, 2021,p.45).

Como direcionado ao Assistente Social da instituição, os encontros semanais apresentam uma demanda inadequada e conservadora, totalmente contrária aos princípios da profissão, como inscrito no documento analisado.

O estudo do Projeto Político Pedagógico da Escola Carmem Lucia Ruem Lopes, aponta ainda para um não reconhecimento da instituição dos avanços e renovações legais construídas pela profissão de Serviço Social, em nenhum momento citadas no documento analisado.

Ressalta-se assim, a importância da Lei de Regulamentação da Profissão (lei 8662/1993), ao traçar atribuições e competências do Assistente Social e as normativas do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), como a Resolução CFESS nº 569, de 25 de março de 2010 e das Orientações do CFESS, como é documento intitulado “ Serviço Social na Educação (CFESS, 2011); “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação (CFESS/gestão 2011-2014); Caderno 2 - Ética e Trabalho Profissional- Curso para Agentes de Multiplicação (CFESS, 2017; Moraes, 2017); Relatório de fiscalização: Serviço Social e a inserção de Assistentes Sociais nas Comunidades Terapêuticas (COFI/CFESS, 2018).

Sendo assim a perspectiva da inclusão social posta à educação especial, distante de coloca-se no campo psicologizante, insere-se na perspectiva do exercício profissional do Assistencial Social, conduzido por processos educativos, de ampliação e acesso a direitos de cidadania.

Sedo, assim, o Assistente Social, conforme a Lei nº 8.662/1993 tem a função de orientar e defender os direitos de indivíduos com deficiência, promovendo sua autonomia e inclusão em programas e serviços. O CFESS-CRESS busca abordar as demandas do exercício profissional, guiando o exercício profissional ética por meio do Código de Ética Profissional, que define direito e deveres, assegurando a qualidade dos serviços prestados e o compromisso com a classe trabalhadora.

Desse modo, o direito da pessoa com deficiência envolve discutir a inclusão e acessibilidade, que se refere à eliminação de barreiras que impedem sua

participação plena na sociedade. A acessibilidade é um direito e uma responsabilidade coletiva, e o Serviço Social desempenha um papel crucial nesse processo. O exercício profissional volta-se assim para despertar as famílias e a sociedade sobre os direitos e deveres das pessoas com deficiência, promovendo seu empoderamento através de atendimentos socioeducativos (Brasil,2011; Iamamoto,2010).

Esses documentos legais são fundamentais para orientar ao Assistente Social a investigação e intervenção na realidade, expressa por contradições e desigualdades, produzidas pela relação de exploração do capital sobre o trabalho. É essa perspectiva crítica e não a de controle de comportamentos, conforme requisição posta ao Assistente Social pela instituição Carmem Lúcia Ruem Lopes, a que conduz a análise e intervenção junto as expressões da questão social, as vivências dos estudantes na condição de educação especial e suas famílias.

Assim, o Assistente Social enfrenta cotidianamente as múltiplas dimensões das expressões da questão social, que estão diretamente ligadas ao advento da sociedade capitalista. Iamamoto (2012), a questão social é indissociável da forma de organização da sociedade capitalista, que promove o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e, na contrapartida, expande e aprofunda as relações de desigualdade e de preconceitos. Essa perspectiva ressalta que a estrutura capitalista, ao buscar a maximização dos lucros e a eficiência produtiva, intensifica as desigualdades sociais, tornando essencial a intervenção do assistente social na promoção de políticas e práticas que visem à justiça social e ao combate à exclusão da pessoa com deficiência.

Tendo em vista que, o Serviço Social é uma profissão situada no processo das relações sociais marcada por constantes lutas em defesa efetivação de direitos, o Conselho Federal do Serviço Social (CFESS), destaca as instituições escolares como espaço do exercício profissional do Assistente Social:

A escola é um espaço para o indivíduo vivenciar experiências, socializar conhecimentos, informações, podendo ser considerada como mediadora dentro de um contexto social determinado. Além de sua função pedagógica é também formadora de opiniões possibilitando aos alunos capacidades de análises reflexivas e críticas e de uma vida participativa. Importante deixar claro, que o Assistente Social que está inserido nesse espaço deve ter clareza na opção do seu "projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero" (CFESS, 2012, p. 24).

A perspectiva de educação com a redemocratização do país insere a escola, em especial a escola de educação especial, como um espaço de vivência e socialização, não apenas transmite conhecimento, mas também forma cidadãos críticos e conscientes de seus direitos. Assim, o documento institucional estudado, reitera essa perspectiva, a medida em que escreve que para formar um sujeito crítico, é necessário que ele compreenda seu papel como cidadão, ou seja “para que as pessoas se entendam como cidadãos e se comportem como tal. É preciso nos tornar éticos” (Paranavaí, 2021, p. 68).

O documento estudado, orienta ainda a formar sujeitos críticos e ativos na sociedade, como identificado no documento, a educação especial, deve dedica-se a formação de cidadãos:

Construtor/transformador da realidade, portanto, buscamos formar sujeitos críticos, participativos, reflexivos, sonhadores, ousados, capazes de transformar a realidade, sujeitos políticos capazes de exercer seu direito de cidadãos com responsabilidade diante da família, do trabalho e da sociedade(Paranavaí,2021, p.68).

Contudo, essa proposta entra em contradição quando se observa a concepção e orientação das oficinas oferecidas, que priorizam abordagens terapêuticas em vez de promoverem encontros que busquem, de fato, desenvolver cidadãos críticos. A escola parece não proporcionar um espaço adequado para que os alunos compreendam as estruturas de desigualdade que vivenciam, o que enfraquece a proposta de formação de sujeitos capazes de criticar e transformar a realidade.

No entanto, essa orientação se torna contraditória, pois, embora o documento analisado reconheça a importância de formar cidadãos éticos, a instituição coloca ao exercício profissional do Assistente Social demandas inadequadas e conservadoras, que acabam indo contra a prática ética e comprometida que o profissional deve manter. Essas requisições institucionais depõem contra as especificidades da profissão, impondo limites à atuação profissional em relação aquilo que preconiza o Projeto Ético-Político da profissão, desviando-se de seu propósito de promoção de cidadania e criticidade.

A predominância de abordagens tecnicistas, como a “[...] Teoria Comportamentalista” citada no documento analisado (Paranavaí, 2021, p.71), se concentra na mensuração e controle do comportamento do educando, pode

obscurecer essa proposta. “[...] Destaca e valoriza a importância de medir, testar, comparar, experimentar e controlar o comportamento do educando e sua aprendizagem” (Paranavaí, 2021, p.71), essa abordagem, que valoriza a medição, o teste e o controle, ignora a complexidade das interações sociais e culturais que moldam o comportamento e a aprendizagem, limitando a formação integral e crítica que deve ser promovida pelo Serviço Social.

A atuação dos assistentes sociais na política educacional, embora repleta de desafios, é essencial para a promoção de uma educação que respeite os direitos sociais e busque a emancipação dos indivíduos. O CFESS destaca que a educação deve ser compreendida como um direito social e que os assistentes sociais têm um papel fundamental na luta pela sua universalização. Eles devem atuar de forma crítica, questionando as práticas que perpetuam a desigualdade e a exclusão, e promovendo uma educação que não apenas prepare os indivíduos para o mercado de trabalho, mas que também os capacitem a se tornarem cidadãos críticos e atuantes na sociedade (CFESS, 2012). Essa perspectiva exige um compromisso com a articulação intersetorial e a construção de políticas que atendam às reais necessidades da população, superando a fragmentação e o imediatismo que muitas vezes caracterizam as intervenções atuais.

Considerado o contexto posto pelas requisições institucionais conservadoras ao exercício profissional o Assistente Social, ressalta-se conforme destaca o CFESS (2012, p. 24), que ao Assistente Social cabe resistências, que ao se apropriar de sua relativa autonomia, tem caminhos abertos para se apropriar da direção social da profissão “[...] assegurando que o projeto profissional esteja alinhado com a luta contra a dominação e preconceitos decorrentes da exploração de classe.

#### 4.3 EIXO 3) SERVIÇO SOCIAL E CONSERVADORISMO: EXPRESSÕES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL INSTITUCIONAL

O Serviço Social em seu processo histórico levantou bandeiras de lutas e resistências ao conservadorismo, apesar dos avanços no campo das construções teórico metodológica e dos compromissos éticos e políticos que orientam a direção social crítica da profissão, muitos ainda são os desafios, a serem vencido na consolidação do Projeto Ético Político do Serviço Social.

Netto (1996) identificou no contexto do Movimento de Reconceituação o que intitulou “intenção de ruptura”, colocando entre os desafios a crise de legitimidade dos valores e direcionamentos da profissão por parte das instituições empregadoras e dos usuários.

No campo do poder institucional, estudos de Faleiros (2001), contribui nessa direção, ao afirmar que o Movimento de Reconceituação do Serviço Social teve um afastamento da prática institucional, devido ao foco excessivo em aspectos metodológicos e acadêmicos. Diante disso, podemos identificar na seguinte citação do autor:

Uma das críticas ao movimento de Reconceituação foi a de abandonar, de certa forma, a consideração do trabalho institucional do Serviço Social. Uma atenção especial foi outorgada ao processo metodológico, esquecendo-se o contexto da prática da maioria dos trabalhadores sociais latino-americanos. Preocupou-se com o processo metodológico do conhecimento, sem uma análise da produção desse mesmo conhecimento. Nas escolas de Serviço Social voltou-se para a realização de práticas extra-institucionais. Este fato punha em contradição os campos de prática com os campos profissionais (Faleiros, 2001, p. 29).

Essa abordagem fez com que muitos profissionais percebessem a Reconceituação como um movimento restrito ao meio intelectual e distante das demandas institucionais. Sendo assim, para que mudanças efetivas aconteçam, é necessário mais do que crítica teórica, sendo imprescindível uma nova correlação de forças para transformar as instituições “[...] só a crítica, como sabemos, não pode mudar as instituições. São necessárias uma nova correlação de forças e uma estratégia capazes de implementar a mudança” (Faleiros, 2001, p. 30).

Esse contexto de desafios, expressa ao Serviço Social a necessidade de lutas e resistências para consolidação e legitimidade do exercício profissional alinhado ao projeto ídeo-político da profissão, e seus valores sintetizados pelas dimensões teórico metodológica, ético política e técnico operativa.

Destaca-se que como profissão inserida em um movimento contraditório, de interesses do capital e do trabalho, o Serviço Social, se por um lado é chamado a atender as requisições institucionais, por outro, a profissionalização do Serviço Social orienta ao exercício da relativa autonomia, no sentido de enfatizar que:

O Serviço Social, ao atuar na área da educação, busca não apenas a intervenção direta, mas a articulação com políticas públicas que visem à

melhoria das condições de ensino e aprendizado, promovendo a inclusão social e a equidade (CFESS, 2024, p. 15).

Sobre isso, destaca-se que o Assistente Social, na Escola Carmem Lucia Rauen Lopes, possui Plano de Intervenção Profissional, cujo conteúdo escrito expressa direcionamento e proposições que se distanciam das requisições institucionais descritas no PPP.

No projeto de intervenção profissional o Assistente Social na Escola Carmem Lucia Rauen Lopes, inscreve-se como público-alvo do atendimento do Serviço Social a Pessoa com Deficiência seus familiares em seus diferentes ciclos de vida, as características e demandas apresentadas de acordo com o público-alvo. Esse público chega até nós [Assistentes Sociais] por meio de encaminhados realizados em sua grande maioria por laudos que diagnóstica deficiência intelectual e múltipla e também transtorno global o desenvolvimento.

No projeto de intervenção do Assistente Social de Paranavaí, inscreve-se ainda os objetivos do profissional na instituição, estando entre eles o de ofertar serviço de proteção social especial de média complexidade para pessoas com deficiência. Importante destacar que, a dificuldade que o documento expressa em especificar o que cabe ao campo da ação da instituição como executora da política de educação especial, que é a oferta de serviços e de definir aquilo que é específico ao exercício profissional do Assistente Social, que não está no campo da oferta de serviços, mas na prestação de serviço. Conforme destaca Guerra (2013) é essencial que, no processo de formação do assistente social, se defina claramente o que significa atuar nas políticas sociais ou para as políticas sociais. A autora salienta que, além do conhecimento técnico, o assistente social precisa entender as demandas e desafios do campo das políticas sociais para agir de forma crítica e estratégica na sua implementação e acompanhamento. Esse entendimento é fundamental para garantir um exercício profissional alinhada às necessidades sociais e à promoção de direitos, como exemplificado no projeto de intervenção discutido.

No projeto de intervenção do Assistente Social, os objetivos do Serviço Social na instituição, desdobra-se nos objetivos da prestação de serviço aos usuários, sendo eles:

1. A promoção da autonomia e a melhoria da qualidade de vida da pessoa e sua família.

2. Orientar os usuários e suas famílias em diversos aspectos principalmente garantia de direitos sociais.
3. Através dos instrumentos coletar dados dos usuários para averiguar suas demandas e elaborar propostas de ações especializadas
4. Promover ações especializada e encaminhamentos com o intuito de amenizar as vulnerabilidades, principalmente no que diz respeito a violação de direitos e ao acesso a serviços básicos.
5. Acompanhar o desenvolvimento dos usuários e os resultados obtidos através da construção dos relatórios, para que assim seja possível propor melhorias juntamente com a equipe técnica da escola como a assistente social, psicologia e psicopedagoga (Paranavaí, 2024).

Identifica-se ainda como perspectiva ao exercício profissional do Assistente Social, o desenvolvimento de atividades, programas e projetos voltados para a promoção da inclusão social, o acesso a serviços e benefícios, e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

O acesso a serviços e benefícios expressa as atribuições e competências do Assistente Social, conforme inscrição da lei de Regulamentação da Profissão (nº 8.662/1993), conforme inscrito nos artigos 4º e 5º. O Art. 5º da Lei que regulamenta a profissão de assistente social destaca entre suas atribuições privativas: "I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social". Esse artigo reflete a responsabilidade do Assistente Social na elaboração e execução de projetos, como demonstrado no projeto de intervenção na escola de educação especial, com o objetivo de promover os direitos e o acesso aos grupos e indivíduos. Embora o projeto tenha sido iniciado com foco e empenho, devido a circunstâncias institucionais, a execução não pode ser concluída na sua totalidade, tendo sido realizada de forma mais breve.

Ainda segundo o Projeto de Intervenção do Assistente Social na Escola Carmem Lucia Rauen Lopes, a organização e dinâmica do Serviço Social na instituição, o exercício profissional do Assistente Social, se expressa ainda pela elaboração do plano de trabalho e do plano de atendimento individual ou familiar do usuário. Isso inclui avaliação do caso, anamnese e estudo de caso, a definição de metodologias e técnicas de trabalho multidisciplinar, visando uma atenção individualizada, grupal ou coletiva. A articulação com outras áreas e profissionais é fundamental para garantir uma abordagem integrada e abrangente no atendimento às demandas dos usuários.

No que diz respeito aos instrumentais utilizados pelo Serviço Social, destacam-se os documentos e registros profissionais, que são essenciais para o acompanhamento e avaliação do trabalho realizado. Os registros de atendimento,



conforme a intervenção realizada era formalizada por meio do relatório psicossocial, um documento que contava com as assinaturas das duas profissionais, a assistente social e a psicóloga, registrando suas avaliações e encaminhamentos.

O exercício profissional do Assistente Social na instituição abrange também a realização da visita domiciliar se destacando como um instrumento essencial para a viabilidade do acesso ao direito a pessoa com deficiência. Segundo o PPP da escola Carmem Lúcia Ruem Lopes, essa prática permite ao profissional aprofundar sua compreensão das dinâmicas familiares e das necessidades específicas dos usuários, possibilitando intervenções mais adequadas (Paranavaí, 2021). Contudo, é necessário reconhecer que, em alguns casos, essa visita é requisitada pela instituição sob justificativas de controle de comportamentos dos alunos da escola e de seus familiares. Outra expressão do conservadorismo, é a valorização dos números das visitas domiciliares, em detrimento da qualidade, dada pelo caráter investigativo da realidade, indispensável ao exercício profissional do Assistente Social.

Segundo Faleiros (2001), a política de modernização nas instituições sociais introduziu novas exigências voltadas à eficiência, eficácia e controle dos processos. Essas transformações não surgiram como um processo autônomo, mas como resposta às crises de recursos e às contradições sociais, refletindo as demandas de um contexto econômico em que a redução de custos e a maximização de resultados se tornaram prioritárias. Para o profissional de Serviço Social, esse cenário implicou uma adaptação forçada às novas normas e procedimentos, exigindo que sua atuação se adequasse a padrões de produtividade impostos pelas políticas institucionais.

As instituições buscam atingir metas. Essas metas, focadas em resultados quantitativos e redução de custos, frequentemente impõem desafios ao exercício ético e qualificado do profissional, uma vez que priorizam a performance sobre a profundidade do atendimento, potencialmente comprometendo a qualidade do serviço prestado e a garantia dos direitos dos usuários.

As crenças e valores elitistas tendem a normatizar práticas que se afastam das necessidades reais da população atendida, exigindo uma reflexão crítica contínua sobre as diretrizes educacionais da instituição para que a inclusão se torne uma realidade efetiva, e não apenas um discurso.

Como contraponto a essa perspectiva posta pelas requisições institucionais, é preciso resgatar sobre a visita domiciliar no Serviço Social, cuja preocupação com o acesso dos usuários a política de educação especial e à rede de serviços é central

ao exercício profissional do Assistente Social. Essa articulação pode ocorrer por meio de visitas domiciliares, estudos socioeconômicos, estudo de caso e atuação em rede como com o Conselho Tutelar e o Ministério Público. O trabalho em conjunto com rede de serviços é essencial para garantir que as políticas sejam efetivas e que os usuários tenham acesso à educação de qualidade. A intervenção do assistente social deve incluir uma escuta atenta e uma comunicação qualificada, assegurando que as necessidades dos usuários sejam atendidas e que a permanência deles na educação seja garantida (CFESS,2017; lamamoto,2010).

É importante ressaltar que o profissional de Serviço Social tenha relativa autonomia em suas ações, enfrenta desafios decorrentes das correlações de forças existentes no contexto institucional. Essas dinâmicas podem impactar na sua atuação e na efetividade das intervenções inscritas no projeto de intervenção profissional enquanto objetivos ao exercício do Assistente Social.

Destacar que, em pesquisa realizada na Escola Carmem Lúcia Rauen Lopes em 2024, como parte do processo avaliativo da disciplina “O Ensino da Supervisão de Estágio”, foi elaborada e aplicada um questionário com perguntas semi estruturadas a então assistente social, supervisora de campo. Entre as perguntas feitas abordava sobre a qualificação profissional. Em resposta a questão, a então supervisora de estágio de campo, enfatizou sobre a necessidade de formação continuada para os profissionais da área, porém destacou a falta de tempo para se dedicar a uma formação continuada. Ou seja, embora haja um reconhecimento sobre a importância da formação continuada para fortalecer a exercício profissional coloca-se como limites, a sobrecarga de trabalho, por vezes articulada a incorporação de demanda indevidas ao profissional, aliado a condições de trabalhos via contrato, por Regime Geral da Previdência Social (RGPS), o qual não se firma pela estabilidade dada aos contratos via concurso público. Embora a assistente social ocupasse um cargo de confiança e possuísse um sólido conhecimento teórico, sua atuação estava restrita às demandas institucionais e à sua relação no espaço sócio-ocupacional, o que limitou a efetividade de seu exercício profissional. As oportunidades de aprimoramento profissional residem na aplicação contínua de projetos educativos, na promoção de rodas de conversa e na mediação de conflitos, com o objetivo de negociar e alinhar o exercício da profissão às diretrizes e princípios do Serviço Social.

Nesse contexto, as requisições indevidas e conservadoras impostas ao Serviço Social comprometem a capacidade de atuação dos profissionais. Segundo

lamamoto (2015), essas demandas reduzem o Assistente Social a um mero executor de tarefas burocráticas. Netto (2005) afirma também, sobre perpetuação de um ciclo de dependência e desempoderamento, afastando o Serviço Social de seu verdadeiro propósito: promover a autonomia e a transformação social da pessoa com deficiência e seus familiares.

Embora o serviço social tenha atribuições e competências definidas é importante ressaltar, que essa profissão vende sua força de trabalho no mercado. Apesar de ser regulamentado como um trabalhador liberal, ele não possui todos os recursos e condições necessárias para realizar sua atividade de forma plena (Faleiros, 2001). Assim, ele se configura como um trabalhador assalariado, cuja força de trabalho ou valor de uso é adquirido pelo seu empregador. O consumo dessa força de trabalho é de responsabilidade do empregador, que pode ser o Estado, empresas ou outras instituições. Ao contratar o assistente social, o empregador assume a função de controlar ou gerenciar essa força de trabalho, podendo determinar as diretrizes e a supervisão desse consumo.

Considerado os limites postos à relativa autonomia do Assistente Social, destaca-se a importância fomentar estratégias para o exercício e legitimação da profissão as instituições, espaço de trabalho do Assistente Social, como é a Escola Carmem Lúcia Rauen Lopes. Como expressão desse contexto, identifica-se a necessidade de apropriação e criação de canais de comunicação entre o Assistente Social e a instituição, bem como entre o Assistente Social e os usuários dos serviços, no sentido de explicitar as especificidades do exercício profissional, sustentado por suas atribuições e competências.

Os limites sobre a legitimidade do Serviço Social na escola de Educação Especial estudada, foi trazida para o debate no espaço da supervisão de campo e acadêmica, articulada a demanda da disciplina de Estágio Supervisionado em Serviço Social para a elaboração de proposições para o projeto de intervenção como parte do processo avaliativo do estágio. Isso desencadeou junto ao Assistente Social, a formulação da proposta do projeto de intervenção intitulado “Diálogos sobre a importância do Serviço Social na educação especial na escola Carmen Lúcia Rauen Lopes de Paranavaí-PR”, com o objetivo de evidenciar o Serviço Social como um pilar fundamental dentro da instituição, destacando suas atribuições e competências no contexto da educação especial. A princípio o projeto foi pensado para ser trabalhado com os dirigentes e a equipe multidisciplinar e os usuários da escola de educação

especial, entretanto, devido as intercorrências interventivas da Diretoria de Curitiba, o projeto teve uma breve iniciação e não atingiu o planejado, pois a profissional foi desligada da instituição o qual o projeto não teve continuidade e permaneceu apenas no papel.

Sobre o contexto de saída da Assistente Social da instituição, importante pontuar que a motivação esteve vinculada a movimentação dos pais e profissionais dos estudantes da Escola Carmem Lúcia Ruem Lopes, em resposta as decisões institucionais classificadas antidemocráticas e sem transparência. Como resultado houve a publicação de uma carta aberta para a comunidade, questionando as ações dos profissionais da escola. A carta aberta foi disponibilizada nos grupos de pais, alcançando grande repercussão e mobilizando protestos em frente à escola. O documento também chegou aos representantes das APAES do estado do Paraná, que assumiram a direção da instituição. Na carta, foram apontadas diversas críticas, como a baixa qualidade do ensino oferecido aos alunos, decisões institucionais tomadas sem o conhecimento ou consentimento dos pais, e questões envolvendo a diretoria e a Assistente Social, identificada por seu vínculo com a gestão institucional. Além disso, a carta denunciava abuso de poder por parte da direção, enfatizando que pais e contribuintes têm o direito de participar das decisões e votar nas questões da escola. Também foi destacada a ausência de transparência na prestação de contas relacionadas às festas e aos recursos recebidos pela instituição.

Esse contexto resultou no desligamento de alguns membros da diretoria e da Assistente Social, apontada pelo movimento como conivente com a atuação institucional em prejuízo dos interesses dos estudantes, familiares e profissionais da escola de educação especial. Se por um lado, pode-se identificar um alinhamento do Assistente Social à instituição, no sentido de garantir a sua permanência profissional na instituição, por outro, é preciso destacar que o Assistente Social, em sua atuação deve reiterar os valores éticos e políticos, logo seus compromissos com a democracia como princípio ético da profissão e não os da gestão institucional, quando isso vai contra o projeto profissional do Serviço Social.

O distanciamento do Assistente Social dos valores democráticos, em prejuízo aos usuários da escola de educação especial estudada, compromete o reconhecimento, da identidade profissional, reforçando o que Paulo Netto (1996) compreende como crise de legitimidade do Serviço Social junto aos usuários dos serviços. Isso também foi evidenciado pelos resultados da pesquisa aplicada aos

usuários, como proposta de investigação da realidade vinculada a elaboração do projeto de intervenção para fins de estágio curricular em Serviço Social no final de 2024. Os dados indicaram uma percepção equivocada sobre o exercício profissional do assistente social, frequentemente visto apenas como um profissional de ajuda e apoio emocional. A pesquisa contou com a participação de 15 usuários e alguns membros da equipe, e, embora o projeto não tenha sido implementado, a pesquisa realizada buscou compreender a percepção dos usuários atendidos com foco no exercício profissional do Serviço Social.

Em relação a proposição do projeto de intervenção pensado no contexto do Estágio Supervisionado em Serviço Social, ressalta-se que considerada sua relevância para o debate da profissão na instituição de educação especial estudada, destaca-se que a necessidade desse projeto ser incorporado como uma intervenção permanente do Serviço Social, com o fim de clarear para a instituição e usuários o que faz o Assistente Social, considerando as especificidades da profissão de Serviço Social e seus compromissos ético e político.

Como expansão dos canais de comunicação com a instituição, é preciso construir com os dirigentes diálogos que enfatizem a importância da qualificação profissional como parte do trabalho e indispensável para a prestação qualificada dos serviços sociais na Escola Carmem Lucia Ruen Lopes. Nesse sentido destaca-se a importância do conhecimento não apenas das leis e normativas, mas da apropriação do compromisso político com a validação da perspectiva legal posta pelos documentos ao exercício profissional do Assistente Social.

É fundamental ressaltar que, com o crescente reconhecimento legal Lei nº 13.935, que reconhece o papel do Serviço Social na educação, o conjunto CFESS-CRESS tem promovido um debate mais intenso sobre a atuação do Assistente Social nesse campo<sup>2</sup>. Nos encontros nacionais, a discussão sobre a função do Assistente Social na educação ganhou destaque, levando à criação de Comissões Temáticas de Educação nos CRESS. O objetivo é contribuir para a reflexão sobre o papel social da escola, a educação como um direito social e as contribuições do Serviço Social para garantir o acesso à educação, reconhecendo a escola como um espaço de atuação

---

<sup>2</sup>O projeto de intervenção do Assistente Social na Escola Carmen Lúcia Rauen Lopes foi acessado com autorização e sob acompanhamento da Assistente Social da instituição. As informações do projeto foram disponibilizadas diretamente pela profissional, com o objetivo de embasar a elaboração do plano de estágio supervisionado, em conformidade com os parâmetros éticos e a política institucional de sigilo.

do Assistente Social. Nessa direção, o artigo “Requisições Indevidas no Serviço Social e a Atuação da Comissão de Orientação e Fiscalização Profissional do CRESS/SP”, evidencia a importância de uma atuação vigilante e de orientação por parte das comissões de fiscalização para proteger a integridade do trabalho dos assistentes sociais (Fernandes *et al.*, 2023).

De acordo com Guerra (2013), o exercício profissional do Assistente Social é estruturado em múltiplas dimensões que se inter-relacionam, se auto explicam e se determinam mutuamente. Essas dimensões incluem: a teórico-metodológica, a ético-político e a técnico-operativa. Cada uma delas possui suas particularidades, mas juntas formam uma totalidade que orienta o exercício profissional. Para atender às necessidades tanto individuais quanto coletivas dos usuários, o Assistente Social deve ser capaz de refletir, articular, inovar e propor intervenções eficazes. Diante de uma série de desafios, é fundamental que o profissional esteja bem-preparado, com a formação necessária para lidar com as situações que surgem, sempre em busca de um compromisso ético com os direitos humanos.

Além disso, o sucesso da intervenção depende da construção de vínculos de confiança e respeito com os usuários, mas é importante reconhecer que a instituição também exerce influência sobre o exercício profissional do Assistente Social. Embora o profissional seja autônomo em suas práticas, ele ainda é um trabalhador assalariado e, para manter seu vínculo empregatício, precisa atender às demandas e expectativas da instituição onde está inserido. Dessa forma, o exercício do Serviço Social não está completamente dissociado das necessidades institucionais, o que pode, em alguns casos, limitar a autonomia do profissional e moldar suas práticas de acordo com as diretrizes institucionais.

Cada profissional tem a liberdade de criar suas próprias estratégias de atuação, desde que o objetivo principal seja garantir os direitos da população atendida. O Assistente Social precisa trabalhar de maneira integrada com outros profissionais, ampliando assim as possibilidades de ação. Nesse sentido, o Serviço Social se adapta constantemente, sendo dinâmico e criativo, para enfrentar os desafios impostos pelas crescentes desigualdades sociais, o que se configura como uma tarefa desafiadora para a profissão.

Para combater efetivamente as demandas conservadoras e inadequadas que oferecem apenas soluções superficiais às pressões institucionais, é fundamental que não apenas o assistente social, mas também toda a sociedade, as instituições e os

profissionais se posicionem de maneira ética, crítica e fundamentada. Somente por meio desse compromisso coletivo será possível enfrentar as causas estruturais dos problemas e superar práticas conservadoras que restringem a atuação profissional. Assim, cria-se um ambiente que valoriza a autonomia crítica e ética.

## 5 CONCLUSÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) propõe-se como objetivo estudar sobre as expressões do conservadorismo no Serviço Social, com ênfase nos desdobramentos para o exercício profissional do Assistente Social na Escola Carmem Lúcia Rauen Lopes, em Paranavaí. O estudo, motivado pela vivência no campo de estágio, traz uma análise que articula fundamentos teóricos, históricos e técnico operativo para compreender como o conservadorismo se manifesta enquanto requisição institucional ao exercício profissional. A partir dessa proposição, entende-se que o objetivo proposto foi alcançado, já que ao analisar o documento Político Pedagógico da Escola Carmem Lúcia Rauen Lopes, resgata os desafios postos ao Serviço Social no enfrentamento ao Conservadorismo, expresso entre outros pelas requisições institucionais ao exercício profissional do Assistente Social.

O trabalho de pesquisa apresentou uma análise abrangente e fundamentada sobre o conservadorismo no Serviço Social, revelando como ele se articula com as estruturas institucionais e as demandas contemporâneas. Ao situar o Serviço Social em um contexto de tensões históricas e práticas, o trabalho evidencia a necessidade de um compromisso contínuo com a ruptura de lógicas conservadoras que limitam o potencial transformador da profissão, mesmo diante de desafios históricos e contemporâneos.

As requisições indevidas e conservadoras ao exercício profissional do Serviço Social configuram-se como práticas que desvirtuam as atribuições específicas da profissão, estabelecidas por marcos legais e éticos como a Lei nº 8.662/1993 e o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social. Tais requisições, frequentemente impostas por instituições, relegam o Assistente Social a funções burocráticas e administrativas, como controle de frequência e medicação, descaracterizando seu papel interventivo e crítico. Essa situação não apenas reduz a complexidade e a autonomia do profissional, mas também compromete a qualidade do atendimento oferecido aos usuários, negligenciando o potencial do Serviço Social para promover transformações estruturais.

Esse cenário é agravado pela imposição da lógica gerencialista, oriunda das políticas neoliberais, que prioriza metas e eficiência administrativa em detrimento da análise e intervenção social. Ao submeter o trabalho do assistente social a demandas imediatistas e quantitativas, as instituições desumanizam as relações sociais e



fragmentam práticas interdisciplinares. Além disso, reforçam uma visão tecnicista da profissão, que desconsidera o sujeito como protagonista de sua própria história, perpetuando uma abordagem conservadora que individualiza questões coletivas e despolitiza o trabalho social.

O conservadorismo, nesse contexto, também se manifesta como um instrumento de controle social, que reafirma desigualdades ao tratar as expressões da “questão social” estruturais como falhas individuais. Ao reproduzir práticas assistencialistas e limitadas, as instituições empregadoras ignoram a capacidade crítica do assistente social, desestimulando sua atuação como agente de transformação. Essa dinâmica fragiliza ainda mais a autonomia relativa do profissional, que se vê pressionado a aceitar tais demandas para evitar represálias ou perdas em um mercado de trabalho precarizado (Iamamoto, 2015; Paulo Netto, 2005).

O conservadorismo institucional se reflete, também, na ausência de diálogo efetivo com as famílias e na reprodução de práticas que individualizam expressão da “questão social”. Essa dinâmica contraria o Projeto Ético-Político do Serviço Social, que prioriza a emancipação dos sujeitos e a transformação das condições que perpetuam as desigualdades. Apesar dos desafios, o trabalho ressalta a importância da resistência e da construção de práticas alinhadas aos princípios ético-políticos, evidenciando a atuação crítica como um caminho para enfrentar as imposições conservadoras.

A autonomia relativa do Assistente Social, embora condicionada pelas estruturas capitalistas, pode ser fortalecida por meio da articulação com movimentos sociais, conselhos de classe e iniciativas acadêmicas que promovam uma formação crítica e ética. O trabalho reafirma que a identidade profissional do Serviço Social deve estar profundamente vinculada à luta por justiça social e pelos direitos das classes subalternas, desafiando as estruturas que perpetuam a exclusão e a desigualdade.

As expressões do conservadorismo no exercício profissional, também é uma ameaça à identidade profissional, especialmente para novos profissionais e estagiários que, ao vivenciarem essas requisições inadequadas, podem naturalizá-las como parte da profissão. Essa realidade compromete a formação crítica e reflexiva necessária para que o Serviço Social reafirme seu compromisso com os direitos humanos e a justiça social. As demandas conservadoras, ao fragmentarem as possibilidades de atuação, desrespeitam não apenas o Projeto Ético-Político da

profissão, mas também os direitos dos usuários, que deixam de ser atendidos com a profundidade e a integralidade que suas realidades demandam.

A luta contra essas imposições exige resistência, formação contínua e articulação com os conselhos de classe e movimentos sociais. O fortalecimento do diálogo com as instituições empregadoras, somado à mobilização coletiva, pode ser o caminho para superar essas práticas conservadoras e reafirmar o papel transformador do Serviço Social.

Diante desse contexto, uma questão se coloca para reflexão: como os assistentes sociais podem ressignificar seu exercício profissional e fortalecer sua autonomia, enfrentando demandas conservadoras e indevidas nas instituições a quais então inseridas (o), sem perder de vista os princípios éticos e transformadores da profissão?

A reflexão sobre as demandas conservadoras no Serviço Social aponta para a complexidade e os desafios que permeiam o exercício profissional em contextos institucionais marcados por lógicas de controle e subordinação (Faleiros, 2001). Mais do que buscar respostas prontas, é necessário que os Assistentes Sociais permaneçam atentos às contradições que enfrentam no cotidiano, reconhecendo que a transformação das práticas institucionais e a valorização da profissão dependem de uma postura ética e crítica.

Ao questionar as estruturas que perpetuam desigualdades e ao reafirmar o compromisso com os princípios da profissão, o Serviço Social renova sua capacidade de contribuir para uma sociedade mais justa e equitativa. Esse compromisso, entretanto, só pode ser mantido se os profissionais estiverem dispostos a enfrentar as tensões impostas pelas exigências conservadoras e a caminhar, ainda que lentamente, na construção de práticas que promovam a emancipação e a cidadania plena dos sujeitos.

O futuro do Serviço Social, assim como seu papel transformador, está intrinsecamente ligado à sua capacidade de questionar, resistir e propor novas formas de intervenção, reafirmando sua relevância como uma profissão comprometida com a justiça social. Assim, o desafio proposto não é apenas para ser respondido, mas para continuar guiando reflexões e ações em direção a uma atuação cada vez mais crítica e transformadora (Netto, 2005).

Como apontado por Netto (1996), o Serviço Social ainda carece de legitimidade plena de seus valores enquanto profissão. Essa questão é central para

compreendermos os desafios que a profissão enfrenta para consolidar seu papel transformador e crítico na sociedade. O Serviço Social, para se afirmar plenamente como uma profissão comprometida com a justiça social, precisa continuar questionando, resistindo e propondo novas formas de intervenção, alinhadas com as necessidades reais das populações atendidas.

Este TCC, ao investigar a atuação do assistente social em contextos específicos, foi uma tentativa de responder a essa inquietação. A pesquisa realizada permitiu uma reflexão aprofundada sobre as práticas profissionais e os desafios que os assistentes sociais enfrentam na construção de sua identidade profissional. A partir dessa análise, ficou evidente que a formação contínua e a revisão constante das práticas são essenciais para que o Serviço Social se reafirme como uma profissão crítica, comprometida com a transformação social e com a promoção de direitos.

Além disso, a instituição na qual o assistente social atua tem um papel crucial na construção e na legitimidade dessa profissão. A forma como a instituição reconhece e articula a prática do Serviço Social influencia diretamente a atuação do profissional, sendo um espaço importante de troca, desenvolvimento e validação do trabalho social. Quando a instituição adota uma postura comprometida com os valores do Serviço Social, como a justiça social, os direitos humanos e a equidade, ela contribui de maneira significativa para a construção de uma prática profissional mais efetiva e alinhada com os princípios éticos da profissão.

Portanto, a atuação do assistente social deve ser cada vez mais alinhada aos princípios éticos da profissão, sem perder a capacidade de se renovar e adaptar às novas demandas da sociedade. Com isso, tanto o profissional quanto a instituição se fortalecem mutuamente, reafirmando o Serviço Social como um espaço de resistência e mudança, comprometido com os direitos humanos, a justiça social e a transformação das desigualdades presentes na sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Formação do assistente social e a consolidação do projeto ético-político. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 79. São Paulo: Cortez, 2004.
- ABEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 79. São Paulo: Cortez, 2004.
- ANDRADE, Denise de Freitas; SILVA, Tiago de Oliveira. **Transformações e desafios do Serviço Social no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.
- ANDRADE, Mayra Hellen Vieira de; SILVA, Ingrid Stephany Freire da. **Crise do capital, transformações societárias e seus rebatimentos no mundo do trabalho**. [S. l.: s. n.], 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS/ABEPSS, Brasília, 2009.
- BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/rTywnLhQhmCyXCtYCSQWN9n/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2024.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei n.º 3.252/1957**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de assistente social.
- BRASIL. **Lei n.º 7.853/1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência.
- BRASIL. **Lei n.º 8.112/1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União.
- BRASIL. **Lei n.º 8.213/1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.
- BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Regulamenta a profissão de assistente social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1993]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm). Acesso em: 21 jul. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010**. Altera a Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão de assistente social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2010/l12317.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2010/l12317.htm). Acesso em: 21 jul. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 13.146/2015**. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei da Inclusão).

BRASIL. **Lei n.º 13.935/2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

CAMBRIDGE DICTIONARY. **Oxford**. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/oxford>. Acesso em: 6 dez. 2024.

CARVALHO, A. **O Projeto de Formação Profissional do Assistente Social na Conjuntura Brasileira**. O Processo de Formação Profissional do Assistente Social. Cadernos ABESS nº 1. São Paulo, Cortez, 1979.

CEOLIN, George Francisco. **A atuação do Serviço Social no contexto neoliberal: desafios e estratégias**. Editora Universitária, 2020.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. [S. l.]: CFESS, 2024.

CFESS. **Competências do assistente social: mercadológica, ético-política e teórico-metodológica**. Brasília, DF: CFESS, 2024.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Atribuições privativas do assistente social: volume 20**. Brasília, DF: CFESS, 2020. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf>. Acesso em: 20 de out de 2024.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Projeto ético-político do Serviço Social**. Brasília, DF: CFESS, 2024.

CFESS. **Educação é um direito social**. Brasília, DF: CFESS, 2012.

CFESS. Perguntas frequentes. **Conselho Federal de Serviço Social**, 2024. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/perguntas-frequentes>. Acesso em: 16 jul. 2024.

CFESS. **Resolução nº 15, de 1 de outubro de 2002**. Estabelece as diretrizes curriculares para o curso de graduação em Serviço Social. Brasília, DF: CFESS, 2002.

CÓDIGO de ética profissional do serviço social. [S. l.: s. n.], c2024. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_1993.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf). Acesso em: 4 dez. 2024.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE SERGIPE. **Perfil profissional do assistente social**. [S. l.: s. n.], c2024. Disponível em: <https://cress-se.org.br/perfil-profissional-do-assistente-social/>. Acesso em: 7 set. 2024.

DELGADO, José Ricardo. **O neoliberalismo e a questão social: repercussões no Brasil na década de 1990**. [S. l.]: Editora XYZ, 2013.

DIAS, Mariana; DUQUE, Maria. **Gerencialismo e trabalho no Serviço Social: implicações para a prática profissional**. Revistas de Serviço Social, v. 32, 2018.

DIÁRIO DO NOROESTE. Após denúncias, federação paranaense assume temporariamente direção da APAE de Paranavaí. **Diário do Noroeste**, 19 out. 2024. Disponível em: <https://diariodonoroeste.com.br/apos-denuncias-federacao-paranaense-assume-temporariamente-direcao-da-apae-de-paranavai/>. Acesso em: 22 out. 2024.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Neide Aparecida *et al.* **Requisições indevidas no Serviço Social e a atuação da comissão de orientação e fiscalização profissional do CRESS/SP**. [S. l.: s. n.], c2024. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/mesa\\_0909\\_0004.pdf](https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/mesa_0909_0004.pdf). Acesso em: 4 dez. 2024.

FILGUEIRAS, Maria da Conceição. **O Serviço Social e as transformações do capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2006.

FIUZA, R. L. **Política Social e Assistência Social no Brasil**: a trajetória de um campo de saber e de prática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

FUKUSHIM, Kátia Alves; FERRAZ, Targina Rodrigues. A ascensão da extrema direita e as consequências para as democracias. **Revista Argumentum**, v. 13, n. 2, p. 4-7, 2021.

GUERRA, Yolanda. **Desafios para o Serviço Social na Seguridade Social: Formação nas Políticas ou Para as Políticas Sociais?** In: ; LEITE.L.J; ORTIZ.F.G. Campinas: Papel Social, 2019.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional**. In: Santos, Claudia Monica; Backx, Sheila; Guerra Yolanda. (Org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez Editora, 2019

GUERRA, Yolanda. **Serviço Social e as transformações no mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. – 16. ed. – São Paulo, Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na era neoliberal: entre o pragmatismo e a ética**. São Paulo: Cortez, 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, R.; LIMA, L. Encontro Nacional de Capacitação. Rio de Janeiro, Brasil. **Ação Crítica**, n. 6, p. 32-37, set. 1979.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade**. In: CFESS. Atribuições privativas do/a assistente social em questão. Brasília: CFESS, 2012

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro e questão social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela; FREITAS, Ana Luiza de; TRINDADE, Rúbia da. **O Serviço Social e a questão social: fundamentos teórico-práticos**. São Paulo: Cortez, 2020.

IBGE. **Desemprego cai a 8% no segundo trimestre de 2023**. [S. l.]: G1, 2023.

IBGE. **Desemprego ainda atinge 8,6 milhões de pessoas no Brasil**. [S. l.]: Carta Capital, 2024.

IBGE. **Desemprego fecha 2023 com taxa média de 7,8%**. [S. l.]: CNN Brasil, 2024.

IBGE. **Desemprego marca 7,8% em 2023 e tem menor taxa desde 2014**. [S. l.]: Poder360, 2024.

IBGE. **Taxa de desemprego sobe para 7,9% no 1º trimestre do ano**. [S. l.]: CNN Brasil, 2024.

LIMA, L. Marchas e contramarchas del trabajo Social: **repasando la reconceptualización**. Acción Crítica, nº 6. Lima, CELATS/ALAETS, dez. 1979.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez. O neoliberalismo e seus impactos nas políticas públicas no Brasil. **Libertas**: Revista de Filosofia, v. 10, n. 2, p. 45-63, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32149/21623>. Acesso em: 25 out. 2024.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MASSARUTI, Márcia. **Diálogos sobre a importância do Serviço Social na educação especial na escola Carmen Lúcia Rauen Lopes de Paranavaí-PR**. [S. l.: s. n.], 2024.

MILLS, Charles Wright. **A elite de poder**. Trad. de J. M. de Almeida. São Paulo: Editora Abril, 1956.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Serviço Social**. Brasília, DF: MEC, 2002.

MOSCA, Gaetano. **Elementos de ciência política**. Trad. de A. C. P. F. de Almeida. São Paulo: Editora Cultrix, 1939.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**: Ensaios críticos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009. disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/netto-201804131301011456100.pdf>. Acesso em: 20 ago.2024

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. **O Serviço Social e a lógica do capital**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

PARANAÍ. **Projeto Político Pedagógico**: Escola Carmem Lúcia Rauen Lopes – Educação Infantil e Ensino Fundamental na Modalidade Educação Especial. Paranavaí: APAE, 2021.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.



Disponível em: <http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2024.

PARETO, Vilfredo Federico Damaso. **Tratado de sociologia geral**. Trad. de A. M. C. de Lima. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1987.

RAICHELIS, Maria Luiza. **O governo FHC e o neoliberalismo**. [S. l.]: PUC-SP, 2011.

RAICHELIS, Maria Luiza. **O trabalho do assistente social na esfera estatal**. In: SERVIÇO Social: direitos e competências profissionais. São Paulo: Cortez, 2009.

RAICHELIS, Raquel. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2020.

RIBEIRO, Livia Maria. **Serviço Social e gerencialismo**: um estudo sobre a gestão e suas implicações para a profissão. Revista Brasileira de Política Social, v. 12, 2020.

SILVA, Maria Izabel. **A organização política do Serviço Social no Brasil**: de "Vargas" a "Lula". [S. l.]: UNESP, 2010. Disponível em: <https://seer.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/download/113/143/0>. Acesso em: 16.07.2024.

TINTI, Éliidi. **Capitalismo, trabalho e formação profissional**: dilemas do trabalho cotidiano dos assistentes sociais em Ribeirão Preto. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2015. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/8fxfr>. Acesso em: 21 jul. 2024.

## ANEXO A – Carta aberta aos responsáveis dos alunos da APAE de Paranavaí

CARTA ABERTA AOS SENHORES PAIS E RESPONSÁVEIS DOS NOSSOS QUERIDOS ALUNOS DA APAE DE PARANAVAÍ.

### **ESSE É O NOSSO PEDIDO DE SOCORRO!**

Senhores pais e responsáveis, estamos vivendo dias de terror dentro da APAE de Paranavaí, graças a Presidente em exercício EVELYN BARÃO.

Essa mulher que chegou em nossas vidas e na vida dos nossos alunos está destruindo a história da nossa querida APAE.

O seu mandato que começou em janeiro de 2023, tem causado sérios danos a escola, aos funcionários e principalmente aos nossos alunos. Nesse período de 1 ano e 8 meses, a Presidente Evelyn vem destruindo vidas e carreiras, e proporcionando aos alunos uma péssima qualidade de ensino.

**É de conhecimento dos Senhores Responsáveis que nesse período a APAE já passou por 4 diretores diferentes?**

**Foi atribuído Rosana, diretora que esteve na Escola por mais de 40 anos, diversos problemas, será mesmo?** Uma mulher que dedicou sua vida e sua carreira por amor a nossa APAE. Mas a questão foi que depois dela, ninguém conseguiu ficar na direção da Escola.

É sabido por vocês, que a atual Presidente encerrou as atividades da Equoterapia, um projeto que em nossa Região, só a APAE de Paranavaí possuía, e que era mantido com dinheiro do SUS e da comunidade? Uma atividade que tantos benefícios traz aos nossos alunos? O que foi feito com os cavalos que foram doados para a APAE por um médico de Paranavaí, tendo inclusive a profissional que realizava o serviço tendo sido demitida. Atualmente o espaço se transformou em depósito de lixo! Aonde ela manda jogar E QUEIMAR toda a história da APAE, dando fim em quadros, fotos e arquivos que eram guardados como patrimônio histórico de nossa querida APAE, hoje tratado como lixo pela atual presidente.

Redução significativa nos profissionais da equipe técnica, como fisioterapeuta, fonoaudióloga, Terapia Ocupacional, que faziam um trabalho exemplar na escola, mas o recurso repassado pelo SUS, continua sendo pago para a APAE.

Desde o início de seu mandato que já tem 1 ano e 8 meses, 32 funcionários foram demitidos por motivos insignificantes, como discordar da opinião da mesma, não fazer parte de seu grupo de amizade. Professoras excelentes que atuavam a mais de 30 anos na escola, que viram os seus filhos crescerem, que com amor e dedicação se empenharam na educação de seus filhos, hoje estão pedindo a aposentadoria SEM QUERER, ou se afastando por doença, por não aguentar as humilhações impostas pela mesma e por suas amigas que estão sendo contratadas sem nenhum critério, para os cargos importantes, a ponto de apelidar as nossas professoras mais antigas de DINOSSAUROS.

A Presidente manda embora funcionários competentes que atuam na escola a mais de 15 anos, para fornecer o cargo a suas amigas, com salários mais altos que a dos funcionários anteriores. Essas amigas totalmente desqualificadas, atuam em cargos de professoras, coordenadoras, setor financeiro e compras, e agora recentemente, a Presidente colocou sua AMIGA E EX CUNHADA como Assistente Social e diretora da escola. Também

contratou a filha dessa amiga como Assessora Jurídica da escola, a fim de se defender dos inúmeros processos trabalhistas que vem recebendo dos funcionários que estão saindo humilhados. É de conhecimento de vocês Pais todas essas mudanças?

Essas amigas além de maltratar os alunos que tem pavor e medo delas, também humilham os demais funcionários.

Essa semana, tivemos uma grande perda para os nossos alunos com a saída da nossa querida ROSE DO ÔNIBUS.

A Rose é uma figura muito conhecida pelos Pais e principalmente muito amada pelos alunos, atuava na escola a mais de 15 anos como auxiliar de professora e cativava os alunos com o seu amor e cuidado. Recentemente, a Rose não aguentou os maus tratos e injustiça que vinha sofrendo, e por motivos de saúde, veio a pedir o seu afastamento da escola, causando muita tristeza no coração dos profissionais e principalmente dos alunos que a amam tanto.

Existem pessoas ficando doentes, com tanta MALDADE E ABUSO DE PODER, funcionários tomando antidepressivos e com crises de ansiedade, pois estão trabalhando coagidos pelas amigas da Presidente. Mas ela não para por aí, a Presidente está com um plano de trazer o máximo de contribuintes novos para a escola, a fim de quando abrir uma Assembleia de votação para decidir se a mesma continua no cargo ou não, esses contribuintes sejam a maioria, e com isso conseguindo tirar o direito de escolha de VOCÊS PAIS E RESPONSÁVEIS!

É importante que vocês saibam que pais e contribuintes tem poder de decisão e voto na Escola, os Pais em primeiro lugar, que vocês PRECISAM aceitar e concordar com as atitudes do Presidente, inclusive estar a par das prestações de conta de festas e recursos recebidos, coisa que até a presente data não foi feita nenhuma vez pela atual presidente. Que qualquer pai que se sentir preparado pode concorrer ao cargo de presidente. Inclusive o pagamento dos altos salários das pessoas que estão sendo contratadas e mantidas com promoções, festa junina, atrações musicais, renda que anteriormente era unicamente revertida para melhoria na qualidade de atendimento de nossos alunos

Único objetivo da Presidente é favorecer seus parentes e amigas com bons cargos e altos salários, se promover às custas da Instituição para aparecer na mídia com esses Eventos aonde são gastos rios de dinheiro para fazer bonito nas redes sociais com seus discursinhos de que todos esses Espetáculos e aparição são em prol do aluno.

APAE DE PARANAÍ ESTÁ GRITANDO POR SOCORRO! NINGUÉM AGUENTA MAIS. Pais e Responsáveis, é muito importante que vocês tomem conhecimento da atual situação, antes que a Escola comece a perder os recursos e seus filhos sejam mais prejudicados do que já estão sendo, por uma administração que não está interessada na Educação e sim no recurso que a credibilidade que órgãos do governo e comunidade tem na APAE, podem arrecadar. Ainda há tempo de se tomar alguma decisão, antes que sejamos obrigados a fechar as portas!

**QUEREMOS A NOSSA QUERIDA APAE DE VOLTA!**

Vamos nos unir, dar voz para nossa Escola, e retomar nosso crescimento e de nossos queridos alunos, que merecem uma qualidade de vida e uma educação mais humana e melhor! Obrigado